



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18-03-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana, Meio Ambiente e nesta audiência pública juntamente com a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública conjunta das Comissões de Finanças e Orçamento e Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, do ano de 2015.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, link: Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo: www.camara.sp.gov.br, no link: audiências públicas registros escritos.

Essa audiência foi convocada para discutir a contratação de empresas para a requalificação do canteiro central e ciclovia em diversos trechos interligando o parque do Ibirapuera ao CEAGESP, bem como o contrato 93/2014, ata 814, firmado pela CET – Companhia de Engenharia e Tráfego, com o consórcio semafórico paulista para a prestação de serviços e execução de projetos de sinalização semafórica, travessia iluminada, além de outros itens.

Quero passar a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento para informar a respeito dos candidatos e conduzir os trabalhos, principalmente, a questão dos convidados. Passo ao nobre Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Police Neto.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Presidente Gilson Barreto, que preside a Comissão de Política Urbana e explicarei os procedimentos da nossa audiência

pública. Na realidade, em 12 de abril de 2014, foi protocolado na Comissão de Política Urbana uma solicitação de informação para que a Câmara pudesse ter acesso aos seis contratos que somados perfazem 54.782.813, 02 milhões com a intenção de requalificar o canteiro central e implantação de ciclovias em diversos trechos ligando o Parque do Ibirapuera, o CEAGESP com recursos cobertos pela Operação Urbana Faria Lima.

Nesta ocasião, a Comissão de Política Urbana aprovou o requerimento, solicitando cópia dos estudos preliminares e projetos executivos dos trechos a serem implantados. E considerações da contratação, utilizando ata de registros de preços Nº 2, Siurb/2012 cujo objeto é a prestação de serviços pontuais de conservação de via pavimentada e rua de terra; qual a justificativa para a utilização da ata e, se foi avaliado pela Secretaria, a possibilidade de realização de certame licitatório. Esse foi o requerimento aprovado ainda em abril de 2014.

A resposta por parte do Executivo se deu no dia 30 de outubro de 2014. É lógico que todos sabemos que o Executivo tem 30 dias para dar resposta e o Executivo conseguiu responder depois de seis meses e 14 dias. Na mesma semana, a Comissão de Política Urbana aprovou o seguinte requerimento:

- É lido o seguinte: (requerimento da comissão de política urbana – informação de a ata de registro de preço)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O requerimento foi aprovado no dia 12/11/14 e que agora no dia 18 de março, passados mais quatro meses, conseguimos obter algumas informações.

De outro lado, a Comissão de Finanças e Orçamento aprovou, na primeira reunião ordinária desse ano, requerimento convidando os responsáveis pelo consórcio semafórico paulistano, que é responsável pela implantação das ciclovias em dois trechos da Cidade: um trecho na Amaral Gurgel e outro trecho na Av. Paulista e passo agora a dar conhecimento aos Vereadores das respostas desses convites.

O Sr. Gilberto Andrade solicita nova oportunidade, ofício encaminhado na sexta-feira, dia 13/03, e respondido na mesma sexta-feira, solicitando nova data.

O SR. RICARDO NUNES – Esse Gilberto de onde que é?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Gilberto Andrade Farias, Diretor da ARC Sinalização, que responde pelo consórcio paulistano, contrato Nº 93/2014. No caso do convite feito ao Sr. Lauro Xavier Meira Filho, Diretor da ETEC – Empresa Técnica de Engenharia Comercial, que fica na Av. Pirambóia, 1797 – Barueri, como consta no processo encaminhado pelo Executivo, o Guarda Civil Metropolitano que foi ao local não encontrou a empresa. O que consta do processo encaminhado pelo Executivo como endereço legal da empresa e a empresa não se encontra lá. O endereço é Av. Pirambóia, 1797/Barueri. O consórcio semafórico paulistano foi respondido pelo Sr. Gilberto Andrade Farias, Diretor da ACR Sinalização e esse respondeu pedindo uma nova data.

O contato foi feito via *e-mail* e o endereço utilizado para se chegar a essa empresa foi Rua Júlio de Castilhos, 217, Belém.

Anuncio a presença dos Srs. Vereadores Paulo Fiorilo, Vice-Presidente desta Comissão e Ricardo Nunes, sempre Relator do Orçamento do Município e Líder do PMDB.

Para explicar os encaminhamentos feitos ao Consórcio Semafórico Paulistano, por via do estafeta, encaminhamos o GCM que presta serviços à Casa. Foi aos endereços oficiais

que constam nos contratos. Foi à Rua Júlio de Castilhos, 217 e protocolou às 12 horas do dia 13/13, naquele espaço, o documento assinado por mim e pelo Vereador Gilson Barreto para a presença do seu representante legal, Gilberto Andrade Farias, aqui. Esse no Belém.

Quanto ao representante legal da Meng Engenharia Comércio e Indústria Ltda. também foi protocolado o documento no endereço legal deles à Rua Taguá, 206 e 208 e o contato telefônico foi feito com Lidiane Calixto, que não consentiu em informar o nome do representante legal da empresa. Quando a Câmara Municipal recorreu à Meng Engenharia Comércio e Indústria Ltda. a empresa se recusou, ao anunciar à Secretaria desta comissão e da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente quem é o representante legal da empresa.

Portanto, tivemos de fazer um encaminhamento de ofício ao representante legal e não a alguém que pudesse, ao telefone, nos informar quem era o representante legal. Então, houve uma obstrução por parte da empresa em nos prestar uma informação que me parece ser de domínio público e de quem é o representante legal.

O último desse rol, que é da aprovação da Comissão de Finanças e Orçamento, foi encaminhado a Sinal Honda, que fica no Jardim Estela, em Santo André e foi recebido por Cristina Lopes, que também se recusou a informar quem é o representante legal da empresa. Então, do Consórcio, nós só conseguimos o contrato com o Gilberto Andrade Farias, da ARC Sinalização e não conseguimos com nenhuma das outras duas empresas que compõem o Consórcio.

Mas, nesse caso localizamos as empresas. No caso do requerimento aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, conseguimos contato com apenas uma das quatro empresas acionadas. Conseguimos o contrato com a empresa Jofegê e não conseguimos contato com nenhuma das outras duas, porque os endereços não existem e outra porque a empresa não deu nenhum retorno. Essa sim, a empresa dirigida por Alexandre França Santos, Diretor Comercial da empresa Itaquití, que fica no Jardim Berval, em

Barueri.

Temos para a audiência pública a resposta do Executivo, resposta importante dos convidados a nos auxiliar nos esclarecimentos e, portanto, a Secretaria Municipal das Subprefeituras encaminhou o servidor José Carlos Bettoni Masi, que atua na assessoria técnica de obras e serviços atos para representar a Secretaria nesta audiência.

Em relação a SP Urbanismo, tanto o arquiteto Gustavo Partezani Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento, como o sempre Deputado Mário Reali, Diretor de Gestão e Finanças, além de solicitarem uma nova data para a manifestação – essa que está nos autos – também sugeriram que Rosa Maria Miraldo pudesse nos auxiliar, trazendo informações acerca dos contratos assinados com o acionamento de ata de registro de preço. No caso da Operação Urbana Faria Lima, a ciclovia que vai ligar o Ceagesp ao Parque do Ibirapuera. Mas, não temos como avançar no dia de hoje em absolutamente nada quanto às ciclovias ancoradas pelo requerimento aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento. No caso aqui, aquela que convidou os representantes legais do Consórcio Semafórico Paulistano.

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pela ordem, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Confesso que estou em dúvida sobre o procedimento. Se V.Exa. puder me ajudar, por favor. Temos dois temas a serem tratados. Estou entendendo que o primeiro requerimento foi aprovado na Comissão de Política Urbana, que trata da contratação de empresas para requalificação do canteiro central e ciclovia em diversos trechos, interligando o Parque do Ibirapuera ao Ceagesp. E esse a Comissão de Finanças não aprovou?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, isso foi aprovado pela Comissão de Política Urbana.

O SR. PAULO FIORILO – Depois tem outro requerimento do Vereador Milton Leite, aprovado por esta comissão, que diz o seguinte:

- É lido o seguinte: (*Requerimento do Vereador Milton Leite ao Consórcio Semafórico Paulistano*)

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, ouvi anteriormente a explicação de V.Exa., mas o Vereador Milton Leite pediu que trouxéssemos a empresa para tratar de projetos de sinalização semafórica e travessia iluminada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não.

O SR. PAULO FIORILO – É o que estou lendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A aprovação desse requerimento se deu por conta de esse ser o consórcio responsável pela implantação das ciclovias da Avenida Paulista e da Amaral Gurgel.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, mas não foi o que votamos. Não está escrito isso no requerimento, só estou tirando essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só estou esclarecendo a dúvida, se o senhor quiser ir comigo agora até a Amaral Gurgel, verá que quem executa a obra...

O SR. PAULO FIORILO – Não, eu não quero ir até a Amaral Gurgel, quero ler o que está escrito e o que votei, Sr. Presidente. É só isso, eu não quero outra coisa. Se o senhor quiser, na reunião ordinária, aprovar um requerimento para que essa empresa venha falar da construção, tem de ser feito. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, é que ele vem falar sobre o contrato.

O SR. PAULO FIORILO – O Vereador Milton Leite falou sobre a questão da execução de projetos de sinalização semafórica e travessias iluminadas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não é a execução do contrato?

O SR. PAULO FIORILO – Não, mas ele está dizendo qual é o objeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sim, execução do contrato, não é?

O SR. PAULO FIORILO – Desse contrato? Desse objeto? Então é outro objeto?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, outro objeto...

O SR. PAULO FIORILO – Olhem a desculpa, tem mais um objeto?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, essa é a dúvida, Vereador Paulo Fiorilo. O que precisamos saber do Consórcio Semafórico Paulistano é para que foi contratado e o que está realizando. Simples assim. Então, eles vêm aqui e contam para a gente o que estão fazendo.

O SR. PAULO FIORILO – Proponho que o simples assim vire algo de texto para votarmos simples assim. Desculpe, Vereador, leia o requerimento do Vereador Milton Leite. Trata, segundo o requerimento votado, da questão da iluminação, de travessia, da execução semafórica. Desculpe, Vereador, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Execução dos projetos de sinalização semafórica, travessia iluminada, etc. Eles vêm aqui nos contar o que estão fazendo com o contrato.

O SR. PAULO FIORILO – Vou propor que não tenha mais etecetera nos contratos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Esse é outro problema que não estava nessa aprovação. Tenho de pedir desculpas, mas não estava nessa aprovação.

O SR. PAULO FIORILO – O senhor não estava na aprovação, porque foi antes de tomar posse, é verdade. Como foi antes de o senhor tomar posse, poderíamos, inclusive, pedir ao autor do requerimento para que pudesse explicitar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não tem nenhum problema, até porque nenhum dos representantes legais está presente.

O SR. PAULO FIORILO – Quero aproveitar por isso, porque se eles estivessem presentes gostaria de tirar outra dúvida. Então queria propor que na reunião ordinária pudessemos submeter o etecetera a voto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito. Então, o Vereador Paulo Fiorilo vai levar o etecetera a votos na reunião ordinária. Deixará claro que o etecetera tem aqui, mas como algumas empresas não se dispuseram em apresentar ao menos o representante legal, teremos de fato de entender o etecetera do requerimento e o etecetera de

não querer apresentar para a autoridade pública legislativa o nome do representante legal.

No caso do requerimento nº 3, aprovado em 25 de fevereiro de 2015, que ele tenha a possibilidade de atuação numa próxima audiência pública com o mesmo fim. Peço a nossa Procuradoria que junto com a nossa Secretaria utilize todos os mecanismos legais para obtenção, primeiro, do nome dos representantes legais pelas empresas. Pedindo, inclusive, o auxílio da autoridade pública executiva, CET, se pode nos informar o nome dos representantes legais, já que as empresas não querem informar.

Segundo, fazer chegar a esse representante legal que no intervalo desta reunião e 30 dias, queremos que ele disponha de uma data em acordo com a Comissão para prestar esclarecimentos.

Solicito para que tanto o José Carlos Masi, como a Rosa Maria Miraldo possam sentar-se à mesa conosco para nos ajudar nos esclarecimentos. Preliminarmente peço, tanto para a Rosa como para o Masi, se apresentarem no microfone para que conste dos nossos anais a informação.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, os que estão na plateia, aqueles que estão nos acompanhando, meu nome é Rosa Miraldo, sou Arquiteta da São Paulo Urbanismo, estou aqui à disposição para esclarecer aquilo que no âmbito daquela empresa os Srs. Vereadores tiverem algum questionamento.

O SR. JOSÉ CARLOS MASI – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, meu nome é José Carlos Masi, sou da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, da Assessoria Técnica de Obras e Serviços.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anuncio a presença do Vereador Alfredinho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sempre Líder do Partido dos Trabalhadores, anunciar também a presença do colega, Vereador Abou Anni, do PV, que também é membro desta Comissão.

Vou rapidamente tentar trazer e colher informações com a Rosa Miraldo e depois

passo ao Masi.

Arquiteta Rosa Miraldo, no dia 04 de julho de 2013, na apresentação realizada pela Diretoria de Gestão e Finanças, a SP Urbanismo aprova uma intervenção na Faria Lima para implantação de ciclovia, segundo exigência de licença ambiental prévia 01/SVMA-G/1994: implantar ciclovia ligando o CEAGESP ao Shopping Center Morumbi, integrando as demais avenidas do complexo de obras do projeto Faria Lima, com duas derivações, uma ligando a Praça Panamericana ao Campus da USP e outra ligando a região da Av. Juscelino Kubitschek ao Parque Ibirapuera.

Naquele momento são apresentados os mapas, planilhas e ao final da apresentação elementos necessários à licitação, prazo estimado de oito meses e custo estimado da obra, 15 milhões de reais. Esse é o documento que consta, inclusive, da página da internet, que teve naquele momento como Presidente o Sr. Fernando de Mello Franco; Chefe de Gabinete, Fábio Teizo Belo da Silva; como Diretor de Desenvolvimento, Gustavo Partezani; como Diretor de Gestão Financeira, Antonio Carlos Cintra do Amaral; como Assessoria, Rosa Maria Miraldo; como Superintendente de Desenvolvimento, Vladir Bartalini; como Gerente de Operações Urbanas, Vladimir Ávila e como Gerente de Intervenções Urbanas, Rita Gonçalves.

No dia 12 de abril de 2014 foram assinados seis contratos com a empresa Jofege somando 54 milhões, 782 mil e 813 reais. Primeira pergunta: qual o motivo dessa discrepância entre o aprovado pela Diretoria Financeira e aquilo que assinado pela Secretaria de Subprefeituras.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Na realidade, o histórico dessa diferença ou da implantação dessa intervenção, primeiro, para esclarecimento daqueles que estão nos acompanhando, a ciclovia não faz parte originariamente da lei da operação urbana consorciada Faria Lima. Na verdade é uma exigência da licença ambiental prévia.

E a própria lei da operação urbana, as intervenções que estão no anexo dois, uma

das exigências, por assim dizer, da lei é que acatemos que a operação urbana Faria Lima acate tudo o que a Lapa exige. Então se a Lapa exige uma ciclovia nos moldes que o Vereador acabou de ler, da Ceagesp até o Shopping Morumbi devemos arcar com essa intervenção, com recursos oriundos da venda de Cepac.

Naquela altura, Vereador, o que se apresentou foi todo o trecho realmente, para elucidar essa obrigação do ponto de vista da Lapa, e que é obrigação abrangida pela lei da Faria Lima, só que a execução ali se restringia a um trecho que iria do final da Cidade Jardim até a Juscelino Kubitschek. Não era o trecho integral.

Naquela altura a Secretaria do Verde seria responsável por essa implantação, inclusive, foi ela que trouxe ao grupo gestor o projeto. Ele foi explicitado naquela ocasião ao grupo gestor. Depois disse houve o avanço do projeto, cujo funcional havia sido feito pela São Paulo Urbanismo. Esse projeto funcional ao longo do tempo - e isso foi muito anterior a essa data - foi submetido aos outros órgãos para que houvesse uma harmonização com as exigências do ponto de vista da mobilidade urbana, também para a CET e SPTrans, quando retornaram a resposta tínhamos esse pacote do funcional pronto.

Então a Secretaria do Verde se prontificou a realizar um trecho, mas não era o trecho integral como foi contratado nessa nova – vamos dizer assim – realidade da ciclovia nesses contratos que o senhor mencionou, cujo valor ultrapassa 50 milhões. Apenas então para aguardar que venha outro questionamento, para não estender muito, o que gostaria de deixar claro é que esse valor se restringia a esse trecho que mencionei da Cidade Jardim a Juscelino Kubitschek e depois se entendeu que deveria ser feito um certame licitatório que abrigasse a execução de toda ciclovia até o Parque do Ibirapuera.

A outra ramificação que vai chegar até o Shopping Morumbi ficaria a cargo da SPTrans ou eventualmente, mais para frente, não saberíamos ainda dizer porque oficialmente ainda não chegou para a São Paulo Urbanismo, mas em razão dos outros projetos de mobilidade que há na Cidade, como passando ali pela Berrini, teria de haver uma

harmonização de corredores viários e corredores de ônibus por assim dizer, para que se fizéssemos uma ciclovia hoje, ela acabasse se tornando algo de reforma mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Arquiteta Rosa Miraldo, deixe-me tentar entender com base naquilo que continua na página da SP Urbanismo. Há dois quadros que apresentam a ciclovia unidirecional ao longo do canteiro central. Outro anuncia a ciclovia direcionada ao leito carroçável, trecho a ser reformado, trecho já implantado e trecho em licitação.

E esse trecho em licitação é específico e aponta os trechos que perfazem exatamente o anunciado pela exigência que se consolida com elementos necessários à licitação que estão finalizados – projeto, termo de referência e planilha de custos. Então isso está no documento. Prazo estimado de oito meses, e custo de 15 milhões. Então aqui é a apresentação da SP Urbanismo. Então tem um projeto finalizado, tem um termo de referência e tem um planilha de custos. Onde isso está?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Repetindo, Sr. Vereador: essa proposta feita para nós, o que pode bem esclarecer, se o senhor me permitir, e eu acho que esse é o objetivo que devemos alcançar.

Na ata da 17ª reunião é trazida a proposta de SVMA no valor de 15 a 20 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É uma anterior a essa – essa é a 18ª.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Isso. Como eu disse mais adiante, já na 20ª reunião, que eu também peço a gentileza de se reportar à ata, essa ideia de fazer parcialmente, mais um trecho por esse custo, que na ocasião nos pareceu realmente até um pouco elevado, porque ele queria contemplar melhoramento nas calçadas apenas naquele trecho. O entendimento foi que deveria ser implantado o trecho como um todo, e não apenas fracionadamente.

P – Todo o trecho? Qual trecho nesse momento?

R – Da Ceagesp até o Parque do Ibirapuera.

P – Então aqui não estamos falando da ligação definitiva conforme a licença ambiental estabelece, que é chegar até o Shopping Morumbi.

R – Não.

P – Então chegamos a 54 milhões ainda só com um trecho.

R – É o maior trecho. E depois, na questão de metragens, e nessa outra questão, o nosso colega Mais vai poder nos auxiliar.

Na 20ª reunião, na ata, já há o esclarecimento quanto a essa nova concepção. Aliás, não é nem concepção, porque o funcional já tinha sido elaborado; mas em termos de implantação da obra – não fazer por trecho, já fazer a obra toda. Então eu pediria para esclarecimento a ata da 17ª e da 20ª reunião.

P – E o que traz a 20ª?

R – Naquela ocasião, a SP Urbanismo fez um apanhado, como regularmente costumamos fazer, talvez não com tanta regularidade, mas fizemos um apanhado das obras que estavam em andamento, das obras já executadas, e, aquilo que tínhamos pela frente, fazendo um balanço dos gastos, daquilo que temos do ponto de vista dos recursos já auferidos. E nessa ocasião, a proposta mostrava já na própria apresentação o perímetro da operação urbana com a indicação das intervenções a serem feitas e o valor estimado de cada uma delas. Ali também aparece o conjunto da Panorama, da Coliseu, que são obras que ainda precisaríamos fazer. E a ciclovia aparece com o custo estimado de 50 milhões.

P – Então o que você está me dizendo é que, na 20ª reunião, estabeleceu-se um curso estimado para cumprimento da licença ambiental de 50 milhões, e se gastou 54 milhões para um trecho?

R – Não, não. Vamos lá. Por que a estimativa dos 15 milhões foi colocada naquela ocasião, naquela reunião que o senhor mencionou, e eu pedi para verificar também a ata da 17ª?

A Secretaria do Verde nos trouxe a proposta de fazer um trecho, que foi apresentada ao grupo gestor. Então a Secretaria do Verde estava com aquela proposta, nos mostrou, mostrou ao grupo gestor, que tomou conhecimento. Dali para a frente, da 17ª até a 20ª, isso evoluiu para não se fazer um trecho.

P – Perfeito. Mas não fazer ela completa.

R – Não fazer ela completa.

P – Fazer um trecho maior, mas não fazer completo, portanto não atender a licença ambiental...

R – Como um todo, ainda.

P – Sim, mas estabeleceu o volume de recursos para investimento nela, ciclovia,

não se falou trecho da ciclovia.

R – Não, não, nós temos que dar conta de fazer o trecho exigido de fato pela LAP, embora não tenhamos um tempo determinado para isso; vamos fazê-la. E, nesse momento, por que então não fazemos nesse trecho que vai mais ou menos da Hélio Pelegrino até a Santo Amaro, o Shopping Morumbi? Porque existem obras de mobilidade que não foram executadas, mas foram previstas, como o corredor de ônibus da Berrini, que não convém fazer ciclovia agora, porque depois o corredor de ônibus vem e ele tem que contemplar. Então nesse momento ficaria a cargo da SPTrans. Se no futuro isso não acontecer, continuamos com a obrigação, e temos de executá-la.

P – A reserva de 50 milhões estabelecida pelo grupo gestor consegue dar cabo desta implantação? Porque a minha preocupação é a seguinte: se o conselho gestor aprova uma verba de 50 milhões para a implantação da ciclovia, e a Secretaria de Subprefeituras, ao contratar uma parte, um trecho, gasta 54 milhões, uma média de 4,5 mil o quilômetro, a tendência natural é que precisaremos de pelo menos mais uns 25-30 milhões para isso. Ontem, na participação do diretor Gustavo Partezani, ele já anunciava que os recursos que foram auferidos pela operação urbana até agora dão conta da implantação da ciclovia para atender a licença. Portanto, o recurso para essa finalidade já está no cofre da Prefeitura. Se, de fato, já se distribuíram os 440 milhões de reais, e só 400 milhões foram destinado a isso, uma certeza temos: não atenderemos a licença ambiental prévia imposta desde 94.

R – Nesse caso, essa verba que foi separada é para fazer realmente esse trecho que eu disse ao senhor, do Ceagesp até o Parque do Ibirapuera. Essa parte que seria realizada por SP Trans é a parte que de fato não está nesse orçamento, por isso que ele custa 54 milhões. Se fosse reservado o valor total para fazer até o Shopping Morumbi, seria um valor maior. E por que não foi calculado um valor maior? Porque não vamos, efetivamente, de acordo com o que está planejado hoje, executá-la. Isso vai ficar a carga da Secretaria de Transportes. Essa hoje é a decisão.

R – Perfeito. Mas é que as duas não se encontram ainda.

P – Ainda não é possível, em razão de outras obras que precisam ser feitas.

O SR. RICARDO NUNES – Na Berrini já está acontecendo a obra do corredor.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Pois é, o projeto do corredor e os outros projetos que vão acontecer precisam contemplar também obra de ciclovia. Se a ciclovia não está acontecendo nesse momento, o projeto precisa também contemplar a execução dessa

modalidade. E não será feita pela SP Urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mas a informação que o conselho gestor e a SP Urbanismo tem é que a SP Transporte vem implantando a ciclovia preconizada na operação urbana.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – O acompanhamento do grupo gestor é com respeito à ciclovia como um todo. Todo questionamento que eles entenderem necessário, a SP Urbanismo tem a obrigação e traz para o conhecimento do grupo gestor. Temos dois representantes no grupo gestor, que são da Secretaria Municipal de Transportes, que acompanham *pari e passu* as questões que estão...

P – A pergunta objetiva é: está sendo implantada a ciclovia na Berrini conforme programado pela licença ambiental?

R – No âmbito da SP Urbanismo, eu não tenho essa resposta para o senhor.

P – Você assessora o grupo gestor e você não tem informação...

R – Sobre a obra da SPTrans.

P – Mas ela não está dentro de uma licença ambiental prévia de 94?

R – Está. Mas se existem elementos que estão sendo atendimentos pela licença ambiental prévia por outros órgãos também, não vejo problema nenhum.

P – Mas não é a licença da operação urbana que está sendo executada?

R – Ela é. Mas ela também traz elementos que podem ser complementados por outras secretarias.

P – Perfeito. É que essa complementação até hoje não chegou a informação para a SP Urbanismo. Então aqui estamos dizendo da SP Transporte, que está há pelo menos 14-15 meses executando uma obra na Berrini. E nesses 14-15 meses nenhuma informação se a licença ambiental...

R – O projeto da...

P – Eu não estou falando do projeto, porque o projeto pode está, eu estou falando da execução.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Aí respondendo ao senhor, o projeto de execução do corredor de ônibus da Berrini não é do conhecimento do grupo gestor, mas acho pertinente que venha a ser, de fato...

P – Deixe-me entender então o grupo gestor da Operação Urbana Faria Lima. Esse

grupo gestor tem uma responsabilidade, a licença ambiental para executar a Operação Faria Lima obrigou à execução de um sistema cicloviário ligando o Ceagesp ao Shopping Morumbi. Parte dessa obra está sendo tocada pela SP Transporte naquele trecho da Berrini; e parte vem sendo tocada pela Subprefeitura, no trecho do Ceagesp até...

R – ... o Parque do Ibirapuera.

P – Parque do Ibirapuera. E a ligação do Parque do Ibirapuera até a Berrini ainda não há ninguém para fazer. E essa é a responsabilidade inercial da Operação Urbana porque só foi possível a operação urbana com a aprovação prévia da licença ambiental. Portanto, essa é a obra que permitiu a operação, e a informação que nos chega é que depois desses 12, 13, 14 meses da obra da Berrini ainda não há informação se na parte da Berrini está sendo cumprida a licença ambiental!

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem! Só uma dúvida. Na parte da Berrini está claro que, segundo informação, está sendo tocada pela SPTrans. E a outra parte?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Da outra parte iremos falar daqui a pouco com o Sr. Masi, que é o responsável por tocar essa parte na Secretaria das Subprefeituras; e anteriormente era da Secretaria do Verde, quer dizer, migrou da Secretaria do Verde para a Secretaria das Subprefeituras a responsabilidade... Não, não, a responsabilidade pela execução, até certo momento, era do Verde, depois migrou... Entendeu?

O SR. PAULO FIORILO – OK.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E a ligação entre o Parque do Ibirapuera e a Berrini ainda não há responsável para fazê-la. (Pausa)

Só deixa ela responder, é ela quem está no conselho, então... Perdoe-me, ela assessora a SP Urbanismo.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – O trecho que foi licitado, Vereador, para execução, neste momento, é que o vai da Ceagesp até o Ibirapuera. Futuramente, nós não temos prazo para atender os itens da...

P – Não, tem prazo? O prazo é o de execução da Operação Urbana.

R – Exato.

P – Se esgota o recurso da Operação Urbana, você não realiza, não realizou.

R – Não, e há também o fator de risco.

P – Sem dúvida.

R – No processo da Operação Urbana, há o fator de risco.

P – O risco em cima da licença ambiental é o que nós não queremos correr. Por isso é que discutimos antes de aprovar novos investimentos na Avenida Santo Amaro.

R – Perfeito. Do ponto de vista da execução, está contratado para executar - assim como tivemos o trecho que vai, mais ou menos, da Rebouças até a Cidade Jardim -, há o enorme trecho que vai da Ceagesp – são alguns quilômetros e da quilometragem podem depois falar -, até o Parque do Ibirapuera, e isso não significa que não possamos vir a fazer.

Perfeito?

P – Perfeito.

R – E tanto via SP Urbanismo como via Tesouro Municipal.

P – Perfeitamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tenho uma dúvida. O que a senhora está falando inclui o trecho realizado pelo Governo Kassab?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Não, não...

P – Porque o Governo Kassab gastou ali mais de 11 milhões.

R – Não inclui, senhor.

P – Não inclui?

R – Não.

P – O que aconteceu com esse trecho?

R – O senhor está se referindo ao Largo da Batata?

P – Estou falando da Faria Lima, da ciclovia.

R – Ali já está implantado.

P – Então, mas foi refeito?

R – Não.

P – Foi mantido?

R – Foi mantido.

P – Isso quer dizer que, na realidade, você não está contratando o trecho de uma ponta a outra. Há um trecho que já foi contratado?

R – Ah, sim, sim. Isso está explicitado na licitação.

P – Estou querendo entender porque não estamos falando de 54 milhões, precisamos acrescentar mais 11 milhões, recurso que já foi despendido pelo Governo Kassab.

R – O senhor está se referindo ao valor integral?

P – É claro.

R – Sim, aí sim.

P – Quando a senhora fala que vocês já contrataram do Ceagesp ao Parque do Ibirapuera, há um trecho já desenvolvido no Governo Kassab, são 11 milhões. É isso?

R – Sim.

P – Na realidade, estamos falando de uma obra de 65 milhões?

R – Por enquanto, sim.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a Rosa...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ah, e também na Pedroso, não é? A Pedroso também está pronta, não é?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Sim.

P – A Pedroso, qual foi o custo da Pedroso?

R – Eu acho que o José Carlos Masi pode esclarecer melhor. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a Rosa Miraldo que nos trouxe informações atinentes ao processo de deliberações dentro da operação urbana.

Portanto, é dele que se definem os recursos que serão investidos, portanto, prévios à execução; e mais o planejamento para as obras. Agradeço muito a Rosa Miraldo.

Quero pedir para que todos os estudos preliminares, os projetos funcionais e os projetos básicos ou executivos que foram realizados, sejam nos remetidos. Porque quando do nosso requerimento ao Executivo, o Executivo optou até hoje por não nos encaminhar. Então a Câmara, desde 12 de abril de 2012, quando publicou no Diário Oficial os seis contratos, nós estamos tentando encontrar os projetos básicos e os projetos funcionais. E até hoje, 18 de março, não recebemos do Executivo nenhum projeto. Conseguimos acesso àquilo que está na internet. Creio deva haver um acervo de projetos, sejam os elaborados pela SP Urbanismo ou elaborados pelo Verde ou são contratos, porque a informação que nos chega, não oficial, é que a SP Urbanismo chegou a contratar um projeto para isso. E que então possam ser remetidos os contratos celebrados e também com os responsáveis técnicos pelos projetos.

A SRA. ROSA MIRALDO – O acervo que houver na São Paulo Urbanismo será encaminhado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Vamos passar à segunda fase, a fase depois da autorização dos 50 milhões – que previamente eram 15, e passou para 50 -, e que ainda não se precisou se é para realização do trecho completo. Na realidade, anuncia-se um desejo de realização inteira porque está dentro das exigências, e, portanto, fazer maior esforço para que o orçamento caiba na exigência e não vice-versa, a exigência caiba no orçamento.

Então, a primeira pergunta é: em que momento a Secretaria de Subprefeituras decidiu por acionar uma ata de registro de preço e não licitar conforme deliberação da operação urbana? Em quem momento a Secretaria de Subprefeituras resolveu não seguir a orientação do órgão executor da operação urbana?

O SR. JOSÉ CARLOS MASI – A Secretaria optou pela utilização de ata pela “vantajosidade” econômica das atas existentes na Secretaria. Essa ata era inclusive de SIURB

e não da Secretaria. O primeiro trecho que o Vereador Aurélio Nomura falou...

P – Deixe-me perguntar: a Secretaria submeteu à SP Urbanismo que faria via ata de registro de preço, ata essa para serviços pontuais de conservação de via? E foi submetida oficialmente à aprovação do órgão gestor?

R – Foi. Quando foi encaminhada a solicitação de recursos, foi encaminhada com as bases do contrato por ata, e foram encaminhadas. As solicitações todas de contrato foram por ata.

P – Quando foi autuado o processo administrativo, ele já foi autuado em forma de ata?

R – Quando foram autuados os processos administrativos para execução dos contratos já...

P – Estou perguntando se no conselho da operação foi deliberado pela utilização de uma ata de 2012, sendo que a decisão do conselho era licitar à execução dessa obra? A pergunta é objetiva.

R – Acho que isso não vai ao conselho...

P – Se o conselho decide licitar, ele não decidiu por autorizar adesão à ata?

R – Não... O conselho delibera quanto à liberação de recursos para utilização da Secretaria. (Pausa)

P – Os documentos que constam até hoje no *site* da SP dizem diferente da sua informação. “Elementos necessários à licitação estão finalizados”. À licitação..., imagina-se que um procedimento licitatório será adotado, e não a adesão a uma ata de registro de preço.

R – É também um procedimento licitatório a adesão...

P – Sim, se a ata de registro de preço fosse para a ciclovia, coisa que não é.

R – Existe uma mitificação quanto à ata de registro de preço em ciclovia. A ciclovia, como função, é um elemento. A execução dos serviços para permitir a implantação da ciclovia é um serviço corriqueiro, portanto e por isso passível de utilização de ata. Não é um serviço de

alta complexidade.

P – Eu preciso discordar frontalmente de você. Eu sou ciclista, e se você me disser que uma ciclovia é algo corriqueiro, eu vou dizer para você que aquilo que transporta vida, se for corriqueiro, é melhor a gente encerrar a nossa audiência, começar de novo. Se não...

R – Não, perdão, Vereador...

P – Se não, a gente perde o sentido de ter ciclovia, pelo amor de Deus.

R – Não, não é isso. A ciclovia é um elemento fundamental, projetado tal qual. Os serviços para a implantação dessa ciclovia são basicamente pisos de concreto. E nesse caso nós estamos implantando dutos nas laterais para a sinalização. Então, os serviços que permitem à existência de ciclovia são serviços corriqueiros, são serviços sem qualquer complexidade. Basicamente, é um piso de concreto e duto.

P – Basicamente piso de concreto e dutos?

R – É.

P – Simples, corriqueiro e barato?

R – Simples, corriqueiro e barato. Não são caros.

P – Masi, deixe-me explorar um pouco o processo encaminhado pela Secretaria de Subprefeituras. Ela encaminhou pra gente no dia 24 de outubro, chegando na Câmara dia 30, o processo que permitiu a contratação via ata, são seis contratos de trechos determinados. E dentro desse processo, com a assinatura de Sandra Santana Sales, há três páginas de reserva de espaço. Cito a página 88, há reserva de espaço para anexação de estudo, projeto e orçamento, há página em branco. Cito a página 147, também assinado por Sandra Santana Sales, justificativa para a utilização da ata, há reserva de página. Pergunto também: página 186, estudo projeto e orçamento, contrato 8-SMSP, também assinado por Sandra da Cogel. Qual o motivo de a Secretaria ter em um processo de contratação de mais de 54 milhões de reais reserva de páginas em branco?

R – Desculpa, desconheço essas páginas, Vereador.

P – Mas esse é o processo, e Adriana Boggio Biazzi, assessora técnica de atos, deve ser colega sua, assina e encaminha a esta Casa oficialmente. Este é o documento oficial encaminhado pela Secretaria de Subprefeituras, com reserva de páginas, e depois de seis meses que pedimos o processo, nos parecendo que o processo foi construído depois da nossa solicitação porque quando se faz reserva de páginas é porque você precisa colocar algo nele. Por que há páginas em branco no processo, e após seis meses depois da contratação?

R – Desculpe, Vereador, eu desconheço.

P – Você quer dar uma olhada?

R – Não, não, acredito no que o senhor está falando. Eu desconheço o processo encaminhado, eu tenho os processos todos lá, na Secretaria. (Pausa) Eu vou verificar.

O SR. GILSON BARRETO – Presidente, só para complementar.

O processo que o senhor tem é um; e este é outro?

O SR. JOSÉ CARLOS MASI – Não. É que eu não conheço o que foi encaminhado para cá.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O que foi encaminhado está assinado pelo Secretário de Governo Municipal, Francisco Macena da Silva. E eu reporto no ofício acima, aprovado pela Comissão de Política Urbana, encaminho as cópias das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Subprefeituras relativas à contratação da empresa para execução da obra de requalificação do canteiro central e implantação da ciclovia ligando o Parque do Ibirapuera ao Ceagesp.

O SR. JOSÉ CARLOS MASI – Eu vou verificar o que aconteceu.

P – Outra pergunta. Nos trouxe muita dúvida o seguinte: dentro dos procedimentos de apuração de preço, o setor de preço deve ter tomado preço de três outras empresas, e assim está: dia 31 de março, Empresa Técnica de Engenharia e Comércio Ltda; 31 de março, Itaqui Construtora Ltda; e no dia 30 de março, MW Pavimentações e Construção Ltda. Elas encaminharam, e não consta do processo nenhuma solicitação de pesquisa de preço.

Normalmente nesses processos, quando há solicitação de preço, você anexa à solicitação feita, e aqui não há nenhuma anexação de solicitação de preço. Mas aparece no processo três outros preços que passaram a concorrer com o preço da ata para produzir, o que o senhor acabou de falar, de vantagem econômica. Desde o recebimento deste material, no dia 30 de outubro do ano passado, tentamos contato com as três empresas. Pasmem, não conseguimos até hoje o contato com elas. O primeiro questionamento é: o senhor conhece as três empresas que foram chamadas ao processo?

R – Quem faz a solicitação de preços é a Coordenadoria Geral de Licitações – Cogel.

P – Quem é o responsável da Cogel que a gente pode chamar para nos ajudar e entender quem pediu o preço para as empresas? E a gente nem conseguiu encontrar o endereço nem o representante legal.

R – O representante da Cogel é o Lucas.

P – Lucas?

R – Lucas Felipe.

P – Então o Lucas Felipe faz a pesquisa de preço...

R – Ou determina que alguém a faça...

P – Ele faz isso em cima de que quantitativo, se no processo não há projeto?

R – Normalmente é feito, é encaminhado...

P – Como no processo não há justificativa de ata que daria a possibilidade de adesão, e nem o estudo de projeto de orçamento, como foi possível o Felipe ou quem ele determinou ter os quantitativos necessários para consultarmos as três empresas?

R – Normalmente, é feito da seguinte forma: pega-se a planilha...

P – Quem elabora a planilha?

R – A planilha é elaborada por atos.

P – Atos elabora uma planilha?

R – Atos elabora uma planilha de orçamento original...

P – Vem de onde a planilha?

R – Dos elementos que a gente tem, dos projetos...

P – Mas não há projeto!

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, se me permite. Eu fiz um requerimento, ano passado, endereçado à Secretaria dos Transportes, que me respondeu que os projetos são realizados, foram realizados, e há até uma pesquisa de origem, destino, enfim, há dados. Gostaria, quando o senhor recebe o projeto de ciclovia, ciclofaixa, o senhor recebe com todos os dados técnicos?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes da resposta, deixe-me pedir autorização para suspendermos a reunião por três minutos. Vou abrir a audiência pública, que foi convocada para receber o Secretário de Finanças que nos solicitou uma nova data. Vamos abrir, anunciar que o Secretário pediu, via ofício, uma nova data para poder vir a Casa prestar os esclarecimentos solicitados pela Comissão e aprovado pelos Vereadores.

- Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Presentes os Vereadores: José Police Neto, Paulo Fiorilo, Abou Anni, Aurélio Nomura e o Presidente da Comissão de Política Urbana Gilson Barreto, declaro abertos os trabalhos desta que é a 4ª audiência pública do ano de 2105.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, link: Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo: www.camara.sp.gov.br, no link: audiências públicas/ registros escritos.

Esta audiência pública foi convocada para atendimento do requerimento Nº

10/2015, do Vereador Milton Leite, para tratar da situação de projeções de receitas para a Cidade de São Paulo e o convidado é o Secretário Municipal Marcos de Barros Cruz, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico. O Secretário nos informou na tarde do dia de ontem que não tinha condições de estar presente a casa, se coloca a inteira disposição para uma nova data, motivo pelo qual não realizaremos esta audiência pública e submeteremos a uma nova data ao Secretário Municipal, permitindo que ele aqui na Casa nos traga as informações que a comissão deliberou por buscar e oferecer a todos os Vereadores.

O SR. PAULO FIORILO – Diante da urgência de dialogarmos com o Secretário de Finanças, queria só entender se tem alguma perspectiva ou se a Secretaria ficou de remarcar? Foi marcado para hoje em função da necessidade de discutir o tema. Saí da reunião ou dessa ou da próxima ordinária sem a possibilidade de ter uma data prévia e rápida acho sempre muito ruim. Queria deixar a sugestão que a Secretaria pudesse checar com a pauta do Sr. Secretário com a possibilidade de a próxima reunião, na próxima quarta, às 10h estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou assumir o compromisso com o Vereador Paulo Fiorilo de buscar pessoalmente essa confirmação no dia de hoje, permitindo informá-lo no dia de hoje. Se V.Exa. puder me ajudar, com os contatos que tem naquela Secretaria, vou ficar lisonjeado da ajuda.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, V.Exa. disse que fará pessoalmente, eu fico no aguardo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Se eu não conseguir falar pessoalmente.

O SR. PAULO FIORILO – V.Exa me liga.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está permitido que V.Exa. fale com eles antes de terminar o expediente.

O SR. PAULO FIORILO – Nosso expediente vai terminar às 20h hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Estou falando o deles.

O SR. PAULO FIORILO – O deles a gente tem celular.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como eu não tenho o celular, essa tarefa fica com V.Exa. Esta encerrada a nossa audiência pública.

Está aberta a audiência pública para tratar da ciclovia da Faria Lima, autorizada pela licença ambiental prévia Nº 1 de 1994. Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Voltando à questão, nós fizemos aquela solicitação à Secretaria de Transportes e a Secretaria nos respondeu que antes da implantação de qualquer ciclofaixa ou ciclovia é feito um estudo técnico, principalmente, e em relação a origem e destino, enfim, uma ordem de detalhamentos. Enfim, pergunto ao senhor até tendo em vista a falta de estudo técnico como V.Exa. havia mencionado que não tem. Gostaria que o senhor falasse a respeito. Quando o senhor recebe uma determinação para executar uma ciclovia, já vem municiado com todos os documentos, estudos, projetos, é isso que eu gostaria de saber?

O SR. _____ - No caso da Faria Lima, desses trechos da Faria Lima, nós recebemos os projetos funcionais já da SP Urbanismo e só elaboramos memória de cálculo em cima desses projetos funcionais.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas não tem estudo em cima?

O SR. _____ - Ele só vem o projeto propriamente dito como será executado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nesse caso específico, desses trechos da ciclovia sim. O que temos verificado aqui, nas informações que pedimos a respeito de ciclofaixas e ciclovias, no CET, por exemplo, está informando que várias ciclovias seriam realizados os 400 quilômetros aqui e fala da ciclovia, da ligação da Faria Lima a passarela 1,3 quilômetros de extensão. Só fala realmente em ligação a isso, não fala da continuidade, ao projeto que vem sendo desenvolvido.

O SR. _____ - Essa ciclovia de 1,3 quilômetros, eu não entendi qual é o trecho?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria de entender. Por que isso aqui é uma resposta do CET, tinha implantação. Com relação às informações sobre a implantação de ciclovias, faixas, ciclorrotas nas faixas de São Paulo temos a informar a implantação de uma rede de 400 quilômetros de vias, de ciclovias, que é uma das metas do Programa de Metas. Aí vem listando a relação da ciclovias que se pretende se instalar. Fala exatamente essa questão da ciclovia da faixa da Faria Lima a ciclopasselela de 1,3 quilômetros. O que estamos discutindo aqui, não está se fanado aqui, que é a CET. Gostaria de entender um pouco essa questão.

O SR._____ - Vou falar um pouco do que é esse projeto da Faria Lima que estamos executando...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Esse projeto que está citando, que não está no projeto da Faria Lima?

O SR._____ - Esse provavelmente deve ser umas das interligações que tem entre a ciclovia da Faria Lima e um dos terminais cicloviários, ou estações de trens, não está especificado em qual delas que é.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ele fala o seguinte só para você ter ideia: “A Prefeitura executou um projeto piloto na região central do município de São Paulo abrangendo a extensão de 3400 metros, permitindo ampliar todos os aspectos necessários para dar continuidade a implantação da rede cicloviária. Foram observados os aspectos de segurança e mobilidade e a partir dessa análise, por diversos setores envolvidos pela CET, deu-se a continuidade dos projetos de implantação. Até o primeiro final de semana de novembro de 2014 foram implantadas 106,03 quilômetros de ciclovias no município de São Paulo. Segue o detalhamento das intervenções.” Daí vem: “Ciclovia do Morumbi, Jardim Helena,” até chegar na ciclovia de ligação da Faria Lima a ciclopasselela, com 1,3 quilômetros, propiciando a integração da ciclovia da Faria Lima até a Marginal Pinheiros, compreendendo as vias Prof. Artur Ramos, Praça Nicolau David, o entorno do Parque do Povo.

O SR. _____ - Não é desse projeto da ciclovia da Av. Faria Lima, esse é o trecho feito...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Esse é outro? E porque ele não inclui aqui nesse projeto do CET, que sequer ele menciona? Ele não menciona, inclusive, dentro das metas do Governo.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Pelo que estou entendendo, isso é um relatório da Secretaria de Transportes das ciclovias e ciclofaixas implantadas pela Secretaria de Transporte.

P – Sim. Mas ele não inclui isso aqui e o projeto...

R – Nenhum desses trechos citados está na ciclovia da Faria Lima, nesse projeto que estamos executando da ciclovia da Faria Lima, inclusive esse trecho é fora. Ele liga aquela passarela que foi inaugurada, ao lado do Parque do Povo, que interliga a ciclovia do Rio Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na realidade, a ligação com o Shopping Morumbi, seria muito facilitado se o estudo do grupo gestor e dos arquitetos urbanistas da SP.Urbanismo, notasse que a ligação com o Shopping Morumbi, já é realizada pela ciclovia da Marginal. Só não tem acesso ao Shopping, mas chega ao Shopping.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É uma coisa que estamos falando, que são estudos analisados pelo CET, é analisado pelo projeto Faria Lima. São totalmente distintos. Não se interligam.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não considere que esse trecho implantado seja atendido pela licença ambiental.

P - Outra dúvida. O Presidente mencionou essa questão da reserva de página dentro do processo. Gostaria de saber se isso é usual?

R – Até anotei aqui para verificar o que aconteceu. Realmente desconheço esse tipo de procedimento. Nunca vi isso dentro da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É também usual recepcionar pesquisa de preço de empresas que não se localiza nem o representante legal, e nem o endereço real?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Das que o senhor citou no começo lá...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – As que estão no processo. Costumeiramente são feitos convites para essas?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Que eu conheço existe a ETEC...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – ETEC - Empresa Técnica de Engenharia...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Ainda hoje presta serviços para o Município.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Endereço dela é de Brasília...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – As outras duas não conheço. Não, a ETEC ainda tem contrato...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) –Estou dizendo do documento oficial que está no processo. Não conheço a empresa, só consigo ter acesso a ela, pelas informações que estão no processo.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Como não somos nós... Não é assessoria técnica que convoca as empresas, ou que solicita essas empresas, não sei lhe dizer qual foi o critério adotado para convite dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A Etaqui(?), Barueri, e a MW Pavimentação em Itapecerica da Serra.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não conheço. Das mencionadas, conheço a ETEC, porque sei que ela tem contratos com a Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tenho mais alguns questionamentos, mas gostaria de explorar um pouco a informação do que se contratou. Tentei na primeira fase reconhecer a ausência no processo de estudos, projetos e orçamentos. A ausência no

processo da justificativa para utilização da ata, ausência do processo do questionamento do gestor SP. Urbanismo se autorizar a Secretaria de Subprefeitura ativar a ata, porque quando da tentativa de acionamento de ata por parte da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Procuradoria daquela secretaria manifestou contrário adesão da ata. O processo já constava um impeditivo anunciado por um órgão estável da administração que não deveria ser utilizada ata. Posteriormente, ao mudar de gestor da contratação, mudou a forma de interpretar, quem sabe, aquilo que a Procuradoria estável do Município alegara.

A ausência de justificativa para utilização da ata, ausência de projetos e orçamentos e adesão a ata, acaba por sugerir que esse procedimento no mínimo não consultou o conjunto da Administração para a integridade do processo, seja a consulta necessária a quem paga a SPUrbanismo, seja a consulta à Procuradoria da Secretaria de Subprefeituras, que também não se manifesta e, quem sabe, até um recurso à Procuradoria-Geral, porque era sabido, por aqueles que estavam contratando a ata, que, em momento anterior, a Procuradoria estável da Secretaria do Verde e Meio Ambiente apontara o não cabimento para o acionamento da ata.

Esse conjunto de determinantes nos leva a crer que as decisões tomadas deixaram vulnerável a integridade do processo. Mais além, os quantitativos, em momento algum no processo são anunciados, a não ser quanto o detentor da ata apresenta o seu orçamento. Então, do ponto de vista técnico, qual é a passagem necessária da elaboração do projeto do memorial descritivo dos quantitativos para essa fase da empresa detentora da ata e das empresas questionadas na pesquisa de preço realizarem as suas ofertas. Em que momento se dá isso?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Quanto à utilização ou não utilização na Secretaria do Verde, eu não saberia lhe dizer, não participei disso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mas o senhor não tinha informação que a Procuradoria da Secretaria do Verde tinha apresentado oposição a isso?

R – Não, quando eu fui para a Secretaria de Subprefeituras, a informação era de que os procedimentos tinham que vir todos para a Secretaria de Subprefeituras, porque não era permitido à Secretaria do Verde executar as obras.

P – Não era permitido a Secretaria do Verde executar?

R – Não era competência da Secretaria do Verde executar obras.

P – Perfeito. Nenhuma obra?

R – Isso é o que eu recebi quando comecei a desenvolver isso.

P – Perfeito.

R – Quanto à contratação, a forma de fazer a contratação, a Secretaria recebe os projetos, a gente elabora uma planilha de estudos e solicita para que a detentora da ata faça o orçamento. Esse é o procedimento legal que existe e que é escrito na ata. A Secretaria chama a detentora da ata e solicita que ela apresente seu orçamento. A gente tem o nosso levantamento e, em cima dele, a gente faz o nosso comparativo interno, que não é a consulta às empresas, que é feita pela Coordenadoria-Geral de Licitações. A gente faz um comparativo com a tabela vigente da Siurb, que é nossa referência de preço.

Então, esse comparativo é feito. Ele não é anexado ao processo, só é feito para que os técnicos da Secretaria tenham uma referência de preço.

P – mas por que você não aparece no processo?

R – Eu sou um técnico ligado à Assessoria Técnica de Atos.

P – Quem conduziu esse processo?

R – A chefe de Atos que conduziu esse processo.

P – A chefe é a Adriana?

R – É a Adriana

P – Então, a Adriana foi a responsável pelo processo.

R – A Adriana é a responsável pelo processo. Eu assessoro a Adriana.

P – Perfeito.

R – Eu faço parte da equipe da Adriana.

Quando eu estava em Pinheiro, foi executado esse primeiro trecho referente à Faria Lima, entre a Avenida Rebouças e a Cidade Jardim e depois um segundo trecho entre a Rua dos Pinheiros e a Avenida Rebouças.

P – Perfeito.

R – Então, é esse o relacionamento que eu tenho com a ciclovia desde essa época. Esse estudo todo começou no final de 2009, no começo de 2010, para a liberação dessa ciclovia.

P – Deixe-me tentar agora avançar um pouquinho para a gente conseguir entender da decisão tomada pela SPUrbanismo, da passagem disso seja pela Secretaria do Verde, seja pela Secretaria de Subprefeituras até isso chegar à Cogel e a Atos. Conseguimos aqui conferir minimamente como a pesquisa de preço é feito - temos que chamar o Lucas e a Adriana também para nos explicar algumas coisas -, mas eu estou querendo agora passar da fase do acionamento da ata para a assinatura do contrato. Em que momento é feita a checagem se os quantitativos que estão no preço, na natureza, na unidade, na quantidade são capazes de realizar uma ciclovia.

R – Quando da elaboração do orçamento, já na ata.

P – Perfeito. Então, a pergunta é a seguinte: o senhor sabe quantos metros cúbicos de terra se autorizou nessa ciclovia?

R – Isso eu não me lembro.

P – É possível que a gente tenha um quinto dessa obra de extração de terra?

R – Dependendo do trecho, sim.

P – Então, nós estamos dizendo que podemos ter, para uma obra de baixo risco, simples e corriqueira, a movimentação próxima de 10 a 12 milhões de reais de retirada de terra.

R – Pode ocorrer.

P – Eu posso pedir para o senhor me trazer o demonstrativo da quantidade de terra que está sendo retirada na próxima reunião?

R – Pode.

P – Porque os cálculos – e vou falar cálculos rudimentares – que elaborei com dois arquitetos mostram que a ciclovia seria quase subterrânea se nós realizássemos o conjunto de extração de terra desse volume.

R – Eu posso trazer, Vereador, desde os estudos todos e os demonstrativos de cálculo, até todas as medições efetuadas até hoje.

P – Perfeito.

Outra pergunta fundamental: quando da nota oficial sobre a diferença de ciclovia e ciclofaixas permanentes, se anunciou que seria implantado com essa licitação cabo ou fibra ótica. Eu fiquei com dificuldade de encontrar, no acionamento da ata, esse...

R – Deve haver algum engano. Nesse processo, nunca.

P – Nunca?

R – Nunca. O que está sendo implantado, além das ciclovias, são duas linhas de dutos paralelas à ciclovia, ao longo de todo trecho, para permitir a iluminação...

P – Para permitir? A iluminação não está contratada?

R – Nada. Para permitir a iluminação e para permitir a sinalização semafórica.

P – A sinalização semafórica não está no contrato de 54 milhões e a iluminação também não está?

R – Não. A iluminação não. A infraestrutura para ambos está.

P – Perfeito. Então, eu vou fazer uma sugestão: que o senhor leia a nota oficial emitida pela Prefeitura e informe a Secretaria de Comunicação que o texto está errado, porque o texto informa que, nos 54 milhões, estão a iluminação, toda a sinalização semafórica. E, se não está, não podemos prestar a informação precisa. Então, é só dizer que estamos ali implantando a estrutura para permitir isso. De maneira muito singular. Portanto, os 54 milhões

também não avançam em algo que é fundamental na ciclovia, que é a segurança. Iluminação, semaforização. Só para a gente...

O SR. PAULO FIORILO – Um aparte, Vereador. Sobre a resposta, eu gostaria de ler a nota, porque acho que é bom.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Leia.

O SR. PAULO FIORILO – Inclusive para poder, se for o caso, ser esclarecido.

Eu vou ler a nota. Na Faria Lima, certo? “Na Faria Lima, a reportagem repete o erro de cálculo ao utilizar o orçamento total de obras (R\$ 54 milhões). A ciclovia é parte de uma Operação Urbana cujo orçamento total inclui intervenções urbanas mais complexas como o ajuste de guia e sarjeta (geométrico) de todos os cruzamentos, novo desenho da Avenida Helio Pellegrino, tubulação enterrada para semáforo e iluminação ao longo do trajeto, recomposição de pavimento asfáltico, paisagismo ao longo do trajeto (transplante de algumas espécies) e sinalização horizontal e vertical. Vale lembrar que o projeto básico e recursos da obra foram aprovados pelo conselho gestor da Operação Urbana Consorciada Faria Lima em 2013.” Deixa só eu aproveitar e perguntar se isso que está relatado na nota é o que está sendo lá executado?

Então, aquilo que o Vereador José Police Neto disse sobre a iluminação estar descrita na nota não existe? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou fazer uma pergunta objetiva: onde na ata tem implantação de sistema e sinalização horizontal e vertical? O acionamento da ata tem sinalização vertical e horizontal? E como que a nota diz isso? Vereador Paulo, você acabou nos ajudando. A ata de registro de preços tem sinalização semafórica, tem sinalização vertical e sinalização horizontal?

O SR. JOSÉ CARLOS BETTONI MASI – Não.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então a nota está errada. Pode seguir.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador, é que o senhor precisa achar o erro sempre,

não é?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, você me ajuda sempre a achar o erro.

O SR. PAULO FIORILO – É que o senhor apontou um erro que não existia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É porque tem mais erro do que eu imagino. Esse é o problema. Aliás, erro eu não sei, não é? Por enquanto é erro.

O SR. PAULO FIORILO – Não, não. É que o senhor imaginou algo que não era. Então, assim, vamos ler a nota e daí poderemos discuti-la. Não estou aqui para ajudar ou atrapalhar e sim tentar entender o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu também estou querendo entender. Eu gostaria que tivesse fibra ótica para justificar o preço de 54 milhões. É isso.

O SR. PAULO FIORILO – Não, mas se o senhor não deixar eu falar... É que o senhor fez uma afirmação que não estava na nota, só isso. Só pedi para fazer a correção. E ele tem de explicar o que está na nota.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então, perfeito. Explique como está na nota a sinalização horizontal e vertical e não consta na contratação.

O SR. JOSÉ CARLOS BETTONI MASI – Não consta no orçamento original da ata.

P – Não, não consta no contrato.

R – Então, não consta no contrato.

P – Então não vai ser feito?

R – Não, vai ser feito ainda.

P – Não, mas não vai ser feito com isso. Não vai ser feito com os 54 milhões que foram contratados?

R – Eventualmente pode ser feito com os 54 milhões contratados.

P – A ata tem condições de acionar algo pela qual não foi contratada em 2012?

R – A ata, não, mas o contrato gerado pela ata, sim.

P – O que você está me dizendo é que os quantitativos de sinalização vertical e horizontal vão aparecer num contrato de ata assinado em 2012?

R – Não.

P – Não? Então como que vai...

R – No contrato da ciclovía.

P – Não, eu não estou falando do contrato da ciclovía. Dos 54 milhões contratados.

R – Dentro dos 54 milhões.

P – Mas como você vai fazer algo que não está no contrato? Você acionou um contrato, você assinou quantitativos. Como alguém vai medir a implantação de sinalização se não tem nenhum item de sinalização aqui?

R – Eu vou contratar...

P – Quem vai contratar?

R – A Secretaria das Subprefeituras.

P – Mas ela já contratou.

R – Ela contratou em cima de um orçamento prévio, de um orçamento básico...

P – Você vai mudar o orçamento agora?

R – Não, não vou mudar o orçamento. Eu posso alterar o contrato.

P – Continuei não entendendo, aí ficou mais difícil ainda. Então, regularmente as atas de registros de preços são alterados; os contratos de quantitativos realizados previamente?

R – Não, não.

P – Então, como você vai fazer isso?

R - Não é regularmente, o contrato gerado... A ata serve de base para a contratação.

P – Não. O que serve de base para a contratação é projeto que não tem no processo, é quantitativo de projeto e memorial descritivo que não tem no processo. Portanto,

você só pode gerar uma contratação de ata quando você tem projeto e orçamento. Isso gera a possibilidade de contratar a ata, não é isso?

R – É.

P – Se não tem projeto e não tem orçamento, como que eu contratei ata?

R – Mas, eu posso executar todos os serviços que eu tenho na ata e depois contratar os outros serviços.

P – Meu Deus do Céu, eu posso executar todos os serviços que estão na ata para depois contratar? E como se mede, se eu vou contratar depois da execução?

R – Ou por outro contrato, dentro desse contrato.

P – Mas aí eu preciso de mais do que os 54 que já estão aqui.

R – Não obrigatoriamente. Se eventualmente não chegar a esse valor do contrato, eu não preciso dos 54 milhões.

P – Então, você está dizendo que os quantitativos...

R - Os quantitativos sempre são baseados em projetos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agora me perdi definitivamente. Até agora consegui entender o que era um acionamento de ata. O Vereador Paulo Fiorilo ajudou me corrigindo, apontando que de fato a minha leitura desatenta da nota me fez crer pelos valores deste contrato – 54 milhões -, que tínhamos fibra ótica, mas ele me atentou dizendo que não há fibra ótica, porque seria um dos fatores que justificaria a implantação.

O Vereador Paulo Fiorilo me corrige anunciando que não há fibra ótica e, portanto, reduz a margem de utilização dos 54 milhões, porque em havendo a fibra ótica teríamos um produto caro a ser implantado, mas não está nem na nota e nem na execução do contrato porque não foi gerado por uma ata que tinha fibra ótica, mas estão dois itens, sinalização horizontal e vertical que a ata de 2012 não tem.

O que você está dizendo é que outra ata pode ser acionada?

R – Exato.

P – E diminuimos os quantitativos dessa.

R – Eventualmente.

P – Como aqueles de remoção de terra.

R – Eventualmente, se não forem utilizados todos esses itens de remoção de terra.

Não se mede isso.

P – O que foi medido até agora, você tem noção?

R – Se não me engano 11 milhões. Posso lhe encaminhar todas as medições.

P – E tem notícia de quanto foi a extração de terra nesse trecho?

R – Não me lembro de cabeça, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, só tenho uma dúvida, estamos falando em 54 milhões, já temos aquele trecho do Kassab executado, e temos também aquele trecho que vai do Largo da Batata à Praça Apecatu. Quanto custou esse trecho do Largo da Batata?

R - Do Largo da Batata não sei dizer. É um contrato do Largo da Batata.

P – E falta a complementação, como você estava falando, sinalização, iluminação, então podemos falar que essa ciclovia da Faria Lima vai custar perto de 100 milhões?

R – Não sei lhe dizer.

P – Vamos fazer as contas.

R – Vamos tentar fazer a conta. A ciclovia está dividida em seis trechos pelas características de implantação.

P – O primeiro trecho qual...

R – O primeiro trecho vai do Ceagesp até a Praça Apecatu.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quanto custa esse trecho?

P – Por volta de seis milhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Agora até o Largo da Batata você não tem?

R – Não. Aí tem o segundo trecho...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Rua Mofarrej até a Praça Apecatu.

Próximo de seis milhões e meio.

R – Seis milhões e meio. O segundo trecho vai da Praça Apecatu até a Faria Lima.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Mais ou menos 15, 16 milhões.

R – É a adaptação de um passeio que foi implantado em 2012, na Professor Fonseca Rodrigues e na Pedroso de Moraes...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, mas já não havia a ciclovia ali?

R – Não era ciclovia. Foi implantada.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Houve, inclusive, um questionamento do Tribunal de Contas com relação a isso. O que o Tribunal de Contas falava a respeito desse trecho?

R – O Tribunal fala que o que está implantado lá é uma ciclovia.

P – E não é ciclovia?

R – Não. O que está implantado lá é um passeio. Foi contratado um passeio para ser feito no canteiro central. No final da gestão...

P – Mas por que o Tribunal de Contas entende que é uma ciclovia? É isso que eu gostaria de entender.

R – No final da gestão Kassab foi solicitado o estudo da licença ambiental para verificar a possibilidade de que aquele passeio implantado se transformasse em ciclovia. Nessa época foi feito um estudo e foi pedido até um recurso para a operação urbana para que permitisse esse estudo, para transformar esse trecho de passeio em ciclovia.

P – Esse estudo gastou dois milhões e meio?

R – Não.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ou o projeto inteiro de execução?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Não. Esse estudo gastou por volta de duzentos e poucos mil reais, que foi o que a Operação Urbana permitiu. Eram algumas adaptações de travessia para permitir a implantação de ciclovia, ou a adaptação desse trecho em ciclovia, nos mesmos padrões do que estava implantado já na Faria Lima, entre a rua dos

Pinheiros e a Cidade Jardim. Então esse é o segundo trecho.

Nesse trecho existem ainda duas interligações com a marginal de Pinheiros e com as estações que têm acesso à ciclovia do Pinheiros, e uma interligação que vai da praça Panamericana até a USP, atravessando por cima da...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas esse trecho não foi aquele que eu citei do CET?
Ou não?

O SR. _____ - Não. CET é outro lugar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para eu entender.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador Nomura, só para concluirmos os seis trechos. É que estou em dúvidas dos custos ainda que V.Exa. levantou. Esquece esse do CET que é outro, podemos discutí-lo outro dia. Vamos continuar aqui. É que são obras diferentes. Não podemos falar da Cidade Jardim e da Faria Lima, entendeu?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para lembrar, porque deveria estar interligado dentro de um processo de ciclovia.

O SR. PAULO FIORILO – É que são obras diferentes.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador Nomura, V.Exa. está discutindo com a Subprefeitura uma resposta da CET.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu só queria entender.

O SR. PAULO FIORILO - Não era melhor trazer a CET para entender?

Vamos continuar na Subprefeitura para ver os trechos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pois não, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Imagem.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Esse terceiro trecho por volta de 15 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Segundo trecho.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Perdão, segundo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Quinze ou dezesseis, não é?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Quinze milhões e setecentos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Quinze e setecentos, mais duzentos do custo do projeto, 16 milhões.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – O terceiro trecho é, já no canteiro da Faria Lima, da Pedro de Moraes até o largo da Batata.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Até a rua dos Pinheiros, precisamente.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Isso. É que tem um pequeno pedaço dentro desse largo da Batata que já está no padrão ciclovitário. Esse custa também por volta de 6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Oito e quatrocentos.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Esse é o de oito e quatrocentos? Perdão. Oito e quatrocentos.

O outro trecho – é que tenho por trechos, não lembro dos contratos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Cidade Jardim à Juscelino Kubistchek.

Esse, sim, seis e pouquinho.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Cidade Jardim até a JK. Seis milhões.

O quarto trecho, da JK até a Hélio Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Oito e meio.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Oito e meio.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Faria Lima, parque do Ibirapuera?

O SR. PAULO FIORILO – Não, Hélio Pellegrino até o parque do Ibirapuera.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não, é da Faria Lima até o parque do Ibirapuera: são dez milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Dez e oitocentos. Dez e setecentos.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Perdão, só...

Em cada trecho desse, da mesma forma que falei no trecho 2 das interligações, existe, por exemplo no largo da Batata, toda a interligação para o Terminal Capri, lá embaixo.

Existe a interligação ao shopping Eldorado. Existe...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – A soma disso são 54 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Precisamente 54.782.813,02.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Cinquenta e cinco mais onze. Mais onze porque é o trecho da Faria Lima.

- Manifestação concomitantes fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É isso! Estou errado?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não, não, V.Exa. está certo. Onze milhões são da rua dos Pinheiros até a Cidade Jardim.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu pergunto, pois todos esses... São seis trechos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Mais as interligações.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, mais as interligações. Foram contratadas as mesmas empresas. Jofege, se não me engano?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – As atas desses contratos é a mesma...

O SR. AURÉLIO NOMURA – É a mesma empresa.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Isso.

O SR. PAULO FIORILO – V.Exa. me concede um aparte, Vereador Aurélio Nomura? Só para concluir sobre isso.

Também foi a Jofege que fez essa parte dos 11 milhões?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Foi.

O SR. PAULO FIORILO – E qual a quilometragem?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Foi por ata?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não. Foi licitada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ah, foi licitada.

O SR. PAULO FIORILO – Mas foi a própria Jofege que fez?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Foi a Jofege que fez.

O SR. PAULO FIORILO – E o valor dos 11 milhões representam quantos quilômetros?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Dois quilômetros, mais ou menos. É que esse trecho...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Esse trecho tinha sinalização vertical, sinalização horizontal?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não!

O SR. PAULO FIORILO – Tinha também fibra ótica...?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não! Esse primeiro trecho que foi contratado entre Rua dos Pinheiros e Cidade Jardim, foi contratado não só a ciclovia, mas toda a requalificação das calçadas da Av. Faria Lima.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Foi contratado, projeto nesse caso?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Naquele trecho? Não! Era o mesmo projeto básico...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E de quem era o projeto básico?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Era da própria SP. Urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – De quem era o contrato básico contratado para esse trecho?

A SRA. _____ - O nosso contrato, o contrato do funcional da

ciclovias como um todo, é o que permanece lá desenvolvido pela SP.Urbanismo. Aquele trecho em particular...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Quem contratou era obrigação da própria empresa desenvolver o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) –E quem foi contratado?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Na Subprefeitura de Pinheiros, o contrato inteiro era... ininteligível

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) –Vocês podem buscar essa informação para gente? Quem foi a empresa contratada para desenvolver os projetos?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Sei que a responsabilidade era da própria empresa executora dos serviços.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero a empresa que foi contratada para elaborar os projetos, do trecho...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não desses seis.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) –Todos eles. As empresas contratadas para executar os projetos, tanto esse já realizado como aquele em realização.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Daquele trecho...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Daquele já implantado e desses que estão contratados. Porque no contrato aqui aparece: levantamento e avaliação de elementos técnicos necessários a execução, relatório técnico *As Built*. Então tem capacidade intelectual no contrato. Portanto saber...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – A responsabilidade é da própria empresa...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E normalmente isso representa de 5 a 8% dos contratos. Então saber quem, como a gente tem a SP.Urbanismo contratado com uma finalidade...

A SRA. _____ - Nobre vereador, peço a gentileza, essas

solicitações que têm sido feitas, estamos à disposição para qualquer uma delas e aberto a quaisquer questionamentos. Eu pediria se pode ser depois nos encaminhado, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pode. Sem problemas.

Então a SP.Urbanismo contrata projetos como contratou, e depois que os projetos, que não constam nos processos de contratação, você ainda tem a possibilidade de contratar mão de obra para qualificar estes projetos que não estavam no processo. É mais ou menos isso? Para saber como os levantamentos e avaliações conversam com o projeto e orçamento que não constam no processo.

A SRA._____ - Nesse caso, em particular, da Ciclovia da Faria Lima, como eu disse a SP.Urbanismo, desde lá de trás fez o funcional...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O funcional foi feito pela equipe própria ou contratou alguém?

A SRA._____ - Equipe própria. Aí depois esse funcional foi anexado ao processo da Secretaria do Verde, do Verde, passou...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então nós acionamos uma ata com projeto funcional?

A SRA._____ - O projeto que foi solicitado para nós da equipe técnica, foi o funcional da Faria Lima. Da ciclovia...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Para o acionamento da ata, não usamos nem projeto. Usamos um funcional. Não teve nem projeto básico para acionamento.

A SRA._____ - Foi o projeto desenvolvido pela SP.Urbanismo que é um funcional.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E equipe própria não se contratou ninguém? Você tem certeza disso?

A SRA._____ - Não se contratou. Para o funcional, não!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E quando da execução, sim, se

contratou

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Do primeiro trecho entre Pinheiros e a Cidade Jardim, quando foi feito em Pinheiros, não esses daqui, foi contratado o projeto na própria obra. O desenvolvimento do projeto na própria obra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na realidade, a licitação da implantação do trecho, definiu ter contratação de projeto para tornar o funcional, um projeto básico...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Aquele primeiro trecho não era... o objeto dele não era só a ciclovia. A ciclovia era parte.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Esse é só a ciclovia?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Esse é só a ciclovia.

P – Então aquele de 11 milhões – que o Paulo está no ajudando na conta – não era só a ciclovia?

R – Não. Tinha a calçada junto.

P – Ah, a calçada estava junto?

R – Tinha calçada.

P – E esse não tem calçada?

R – Esse aqui não tem calçada. Só algumas adequações. Dentro de alguns trechos tem calçada lateral.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tinha sinalizadores, iluminação, ou era seco também?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O contrato da implantação da ciclovia não tinha sinalização da ciclovia ou tinha sinalização da ciclovia?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Qual contrato?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O contrato desse primeiro trecho.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Dos 11 milhões? Não. Era separado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então você teve um contrato para

executar obra física – essa que realizou calçada, canteiro central, recomposição vegetal, esses que constam similar a esse -, só que esse é só para ciclovia e não foi realizar calçada.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então a diferença de um e outro é a presença de calçada, no outro, ausência de calçada.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – E nesse, toda infraestrutura para iluminação e semáforos.

P – E aquele não precisou porque ela já estava na calçada?

R – Não, porque...

P – Já tinha feito aterramento?

R – Não. O convênio com a Eletropaulo que fez todo o aterramento.

P – Perfeito.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só para voltar à minha dúvida.

Nos dois quilômetros que custaram 11 milhões, o senhor disse que a diferença básica foram as calçadas. Dois quilômetros de calçada que, nos outros trechos – seis trechos – não tem calçada, mas, possivelmente, tem outros elementos que esse – dos dois quilômetros – não teria.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Uma série de intervenções, inclusive, em algumas calçadas. É que naquele primeiro trecho era o total das calçadas.

O SR. PAULO FIORILO – Sei. Dois quilômetros de calçada.

R – De calçada dos dois lados.

P – Só que, só calçadas. As outras coisas que, nos outros seis trechos, agora, não tem.

R – Não.

P – A pergunta para o senhor é o seguinte: o valor cobrado naqueles dois quilômetros, de 11 milhões, ele... se eu fizesse uma conta simples – de padaria – os 17

deveriam custar 93,5 milhões, quase o dobro dos 54. O senhor atribui isso só às calçadas?

R – Os projetos de implantação são diferentes. Naquele primeiro trecho...

P – Vou fazer uma pergunta mais fácil: aquele primeiro trecho, o custo de implantação foi maior do que desses outros seis trechos?

R – Se o senhor comparar o preço por metro quadrado, de implantação, foi maior.

P – Por que?

R – Porque as obras desenvolvidas eram diferentes.

P – Mas o senhor pode detalhar o que são as obras desenvolvidas.

R – São obras diferentes. A obra do outro trecho era implantação... era requalificação da calçada com a implantação da ciclovia.

Essa aqui, estamos reformando os canteiros centrais para permitir a utilização como ciclovia, e implantando uma ciclovia.

P – Sim, mas o senhor...

R – Os custos... por exemplo, naquele trecho foi retirada toda a guia e sarjeta ao longo do canteiro central dos dois lados para permitir a implantação da ciclovia.

Nesses trechos, na maioria deles, não precisamos fazer isso.

P – Deixe eu fazer uma pergunta: nesses dois quilômetros teve remoção de terra?

R – Teve. Muita.

P – O senhor sabe o volume?

R – Ah...

P – Não, mas, por exemplo: um quinto da obra?

R – Não. É assim...

P – Fez um túnel?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe eu só...

O SR. PAULO FIORILO – Não, é porque eu queria comparar as coisas. Só para isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para compararmos as coisas, acho que é importante essa colocação do Paulo, a decisão de não licitar teve alguma motivação de ser a mesma empresa que executou o mesmo trecho?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não teve?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Os orçamentos prévios e estudos que fizemos foram baseados até naqueles primeiros trechos que foram licitados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então por que não licitou?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Porque as atas se mostraram mais baratas para fazer do que produzir uma licitação do mesmo tipo de serviço.

P – Mas se a ata, quando sobreposta, não consegue fazer a ciclovia e, portanto, deixa dúvida no processo...

R – Desculpe, Vereador, nós conseguimos fazer a ciclovia. Alguns serviços...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Acabou de dizer que não tem sinalização vertical nem horizontal. Então você não faz uma ciclovia. Se você não protege a vida do ciclista, não adianta fazer a ciclovia. Eu estou falando como ciclista, não como engenheiro.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - A gente pode contratar de outra forma essa sinalização.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Sim.

O SR. PAULO FIORILO – Um aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nós estamos dizendo que a gente vai de novo insistir na tese de não fazer o processo licitatório como deve.

Vou fatiar não mais em dois, vou fatiar em três: vou realizar uma fase para a contratação da obra, do projeto, dentro de uma ata. Porque aqui estamos dizendo que o projeto deste setor está dentro da ata, num descritivo chamado (Pausa) levantamento e avaliação de

elementos técnicos, necessários à execução da obra e relatório técnico de *as built*. A gente está dizendo que a contratação do projeto – já que a gente só tinha o funcional – foi feita com os metros quadrados lançados por preços unitários de levantamento técnico e relatório técnico. É isso?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - É... é...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Só para eu entender como a gente fez o projeto, porque para executar, a gente vai ter que finalizar um projeto. Se a gente tinha só um funcional, num certo momento, a gente tem que sair do funcional e, pelo menos, por projeto base se a gente for executar a obra sem projeto executivo.

Se você tem na ata esses únicos dois elementos para pagar por metro – para pagar por metro – capacidade intelectual. Estou dizendo por que num dos trechos, o trecho inicial, da Monfarrej até a Pecuária, se gastou 80 mil metros quadrados de levantamento e avaliação de elementos técnicos. E vai se gastar 80 mil metros de relatório técnico de *as built*. Portanto, 258.400, e 150.400, de capacidade técnica medida, por metro. É isso? E é por aqui que a gente vai fazer o projeto.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - O desenvolvimento do projeto da ciclovia limita-se a uma adaptação do funcional em alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - É simples.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - É bastante simples.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Então por que não fazer prévio ao acionamento da ata? Essa é a questão que não estou conseguindo entender. Se é tão simples, se é tão barato, se é tão rápido fazer, por que não realizar tudo o que é prévio à contratação e implantação e fazer póstumo?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Ele é simples. Ele não é rápido. Ele pode ser feito ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Inclusive para contratar? Não é o projeto

que me determina os quantitativos?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Esse funcional foi o suficiente para determinar os quantitativos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Só que ele não consegue implantar uma ciclovia porque não dá a ela as condições de segurança.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Não, ele consegue.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Faz a sinalização horizontal e vertical?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - É.. é...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, para a gente entender o que vai ser entregue no contrato.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Na ata ...

Vai ser entregue no contrato.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Não. Com este contrato aqui. Este contrato. Este que não tem projeto, que não tem justificativa de ata, que não tem essas coisas elementares. Como que ele vai oferecer para a sociedade, depois do cumprimento dos R\$ 54.782.803,00, como que ele vai oferecer a sinalização horizontal e vertical se não consta nos quantitativos? Como que ele vai oferecer isso se não consta? Com este contrato, não estou falando com o outro que pode ser assinado, estou falando com este.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, só para eu entender, me confundiu um pouquinho, se o senhor puder. Aí vai ser feita outra licitação para fazer a sinalização horizontal e vertical? É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Não sei, a gente está tentando descobrir, ainda.

O SR. RICARDO NUNES - Mas o que a gente precisa entender desse processo é se vai ser feita outra licitação, quanto vai custar, para somar um valor e saber. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Um pouco entender se a gente vai

continuar insistindo com a tese de contratar ata, para a ata fazer projeto. Porque aqui eu não sabia que a ata tinha sido contratada também para fazer projeto. Eu imaginava que a ata tinha sido contratada para executar a obra, mas, pelo que me parece, a ata também foi contratada para executar o projeto que, como só tinha um funcional, você precisou desempenhar um pouco de aplicação técnica intelectual, para fazer aquilo que são quantitativos se traduzir numa obra. Vamos imaginar: há uma metragem de remoção de terra, de colocação de guia, outra metragem de aterramento ou de encaixe de tubulação, de pavimentação por pigmento especial. Vamos lembrar também que na ata não tem o pigmento que está sendo aplicado. Aquele pigmento vermelho não consta da ata, portanto, não sei como se mede um pigmento específico que inclusive foi definido *a posteriori* da realização da ata.

Então a ata de 2012 não tinha condições de alcançar a decisão de que modelo de pigmento está sendo implantado na ciclovia. Quer dizer, é mais um item para se tentar conferir, porque se é um pigmento que foi definido e, lá atrás, na ata não havia esse pigmento, também se encontra mais uma inconsistência.

O SR. RICARDO NUNES - Sr. Presidente, o senhor está dizendo que a ata não atenderia aos requisitos para ter sido utilizada, porque não contem itens que seriam necessários para a obra. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sim.

- As respostas estão sendo dadas fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO – Vou aproveitar o momento para tirar uma dúvida. O senhor informou à Comissão que a opção pela ata foi em razão do custo, o valor seria menor. Minha pergunta é básica: essa ata é de que ano?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - A data-base dela é de 2011.

O SR. PAULO FIORILO – Então essa ata já existia em 2011?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - A data-base é de 2011, mas se não me engano a ata é de 2012.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ata de Registro de Preços nº 2, Siurb de 2012.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - A data-base dela é de janeiro de 2011.

O SR. PAULO FIORILO – A segunda pergunta é a seguinte – não sei se o senhor estava lá, se tem conhecimento e pode responder -: na execução dos 2 km, quando da execução, existia a possibilidade de utilizar a ata para que o custo fosse menor?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Nessa época ainda não existia ata.

P – Não havia outra ata...

R - Não que fosse do meu conhecimento.

P – Então não existia outra ata que pudesse ser utilizada?

R – Não.

P – Por isso optou-se por fazer o processo licitatório, o que fez com que, neste caso específico dos 11 km, se comparado aos 17, foi melhor então a escolha da ata no segundo período?

R – Exatamente.

P – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não consegui conferir o momento em que essa decisão foi tomada no processo: de se avaliar a composição de preços para licitação e a composição de preços no acionamento da ata.

Por uma questão objetiva: a ata de 2012 foi licitada por Siurb para implantação de sistema cicloviário? Objetivamente.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - A ata nunca é licitada para um fim específico.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É para um conjunto de intervenções?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ - Sim. Essa ata permitia a implantação desses serviços, tanto é que foi autorizada a sua utilização.

P – Mais uma vez, vou explorar o que é a implantação de uma ciclovia. A implantação de ciclovia requer a implantação de sistema de segurança para o ciclista, sinalização vertical e horizontal?

R – Sim.

P – Estou dizendo isso porque quando a gente volta ao documento da SP Urbanismo, observamos que ela não deixa dúvidas quanto a isso.

Com o conhecimento dessa obrigação imposta pela SP Urbanismo, por que a decisão de acionar uma ata, sabendo que ela não daria conta de realizar aquilo que, em tese, estava autorizado para uma licitação? A licitação não poderia trazer todos esses elementos?

Se o senhor fosse licitar uma ciclovia, seriam colocados os instrumentos de segurança necessários para ela?

R – Não obrigatoriamente.

P – Então nós licitaríamos uma ciclovia sem os equipamentos de segurança?

R – Eu poderia solicitar à própria CET que sinalizasse a ciclovia.

P – Então não implantaria uma ciclovia. Seria feito um caminho para a CET implantar...

R – Da mesma forma que estou dando toda a infraestrutura semaforica e de iluminação e não estou implantando nenhum semáforo e nem a iluminação. A CET corre em paralelo para fazer essas implantações.

P – Perfeito.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, sem querer ser chato, posso fazer uma pergunta?

O senhor conhece, como nenhum outro Vereador aqui, a questão da ciclovia, mas eu ainda não consegui entender: o que estamos discutindo – e que para mim, não está claro -, Presidente, é que foi utilizada uma ata que não tem todos os itens necessários para a execução da ciclovia.

Esses itens, que não constam da ata, como foram executados? Se não se tem o preço pela ata, como é que se pagou? A ata pressupõe que se tenha o preço registrado por item. Se não há preço registrado por item, como é que se mediu isso?

É isso que não estou conseguindo entender.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nem V.Exa. nem ninguém vai conseguir entender. Esse que é o problema.

O SR. RICARDO NUNES – Mas foi feito o serviço?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não. Foi feito um serviço diferente da ata.

Vou dar um exemplo claro: foi implado um pigmento de pavimento que não consta da ata. Mas foi implantado.

O SR. RICARDO NUNES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - V.Exa vai me perguntar: “Como foi medido para ser pago?” Eu não sei.

Mas isso, o Masi não tem condições de dizer agora, de nos dar essa informação e, por isso, ele sugeriu que a gente faça uma nova solicitação. Desta vez, chamando o fiscal da obra, aquele que conseguiu identificar nos quantitativos esse pigmento que não estava contratado e assim por diante.

Então, há uma série de coisas, que estão implantadas nesses quase 12 milhões de reais que já foram medidos, que não estão no contrato, mas que conseguiram serem feitas e serem pagas.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, didaticamente – para não perdermos essa importante reunião que V.Exa. falou -, temos uma tarefa a fazer: solicitar...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Era uma receita de bolo de chocolate, mas estão entregando um bolo de banana, e não se sabe o que está sendo pago ainda. São duas receitas distintas.

O SR. RICARDO NUNES – Tudo bem, Presidente.

Nós, Vereadores, precisamos entender, então, como é que foi medido isso. Temos que fazer um requerimento para sabermos como é que foi medido e o quanto foi pago. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E quanto ainda tem que pagar.

Então, na realidade, vamos juntar o conjunto de informações trazidas – e agradeço muito ao Masi e à Rosa, pelas informações.

Faço questão de, por escrito, ter esses questionamentos que fomos deixando.

É lógico que as anotações de vocês podem facilitar a busca dessas informações, em especial, essas inconsistências que, em minha opinião, podem ter sido, exclusivamente, do encaminhamento do Sr. Secretário. Não acredito que seja...(Pausa)

Como levaram seis meses para me mandar, começa a ficar uma dúvida se querem mesmo informar ou não querem. Há uma certa leniência, pois levar seis meses para enviar a informação sobre algo que deveria estar pronto previamente...

Porque não se pediu um documento a ser montado, produzido. Era um documento que tinha que existir antes do dia 12 de abril.

Se no dia 30 de outubro, os documentos ainda não conseguiram chegar à Casa e, quando chega a cópia do processo continua tendo reserva de página, a dúvida é a seguinte: precisaram seis meses só para produzirem esse conjunto de informações, o qual não dá conta para entendermos.

O esforço que vamos fazer agora é para, na próxima vinda de vocês – uma vinda um pouco mais organizada e tal -, possamos mostrar o projeto. Porque, como não recebemos, não temos como fazer avaliações em cima disso. Portanto, fica difícil para a gente avaliar se os quantitativos, de fato, podem fazer sentido para a execução da obra, no esforço que a

Administração faz para entregar uma ciclovia, que estava prometida desde 94.

Então, a gente sabe do compromisso que vocês têm em conseguir entregar algo que é quase que a autorização para a Operação Urbana acontecer. Assim, sei que todos vocês vêm fazendo um esforço gigantesco para que isso aconteça.

O que a gente não pode transformar é o nosso esforço em vulnerabilidade da integridade do processo.

Então, ter empresas, das quais não encontramos o endereço, é tornar vulnerável. Não termos como foi realizada a pesquisa de preço é tornar vulnerável. As empresas, quando contatadas, não quererem apresentar os seus representantes legais é preocupante.

Estou tentando dizer para vocês que eu tenho absoluta confiança no trabalho que vocês realizam - portanto, não há dúvida de comportamento ético no que vocês produziram até agora -; mas é difícil no controle externo que realizamos – e, aí, eu falo com muita tranquilidade -, ao enxergar que o pavimento e o pigmento que foi utilizado naquela ciclovia comporta nessa ata. Porque, quando da feitura dessa ata lá em 2012, esse pigmento nem tinha sido definido. Então, como eu estou conseguindo implantar um pigmento que tem taxa de antiderrapante, que foi desenvolvido para essa finalidade – e, portanto, teve aplicação técnica e científica para ele existir, para o ciclista não cair quando chove -, se aquela ata nada disso tinha? E, aqui, estou falando para proteção do procedimento. Isso se chama controle da integridade. Sabe o que está acontecendo com a Petrobrás? É a ausência do controle da integridade. Aqui nós estamos tentando ajudar a produzir controles de integridade para que o que aconteceu com a Petrobrás possa acontecer com obras de 10, 15, 20, 50 ou 200 milhões na cidade de São Paulo. Então, aqui é o controlador externo se oferecendo ao executor dizendo-lhe o seguinte: “Na nossa interpretação, há falhas nesse processo que precisam ser corrigidas para que o controle interno seja realizado e para que o controle externo não vá reconhecer falta de integridade”. Então, é dentro dessa linha que a gente está muito mobilizado, querendo poder ajudar especialmente na implantação de sistema cicloviário; porque, como ele inova, todos têm

dúvida do seu preço. E quando a gente fala para qualquer pessoa que uma ciclovia pode custar 1, 2, 3, 4, 5 milhões de reais o quilômetro, todos reagem contra o ciclista, e não contra a ciclovia, porque passam a duvidar de que esse é um mecanismo saudável e inteligente de circular, porque é cara a sua implantação, e a nossa tese, como bem iniciou o Masi aqui, é simples, é de baixa complexidade, foi utilizado o termo “corriqueiro” e eu o corriji porque, como transporta vidas, tem que haver um planejamento muito estável, e esse planejamento estável nos obriga a tirar da contratação. Inclusive - equivocadamente, em minha opinião -, fez a gestão anterior de licitar com o projeto dentro dele.

No caso das ciclovias, o que é mais importante é o projeto. É aí que você tem mais que desenvolver, talvez a parte que leva mais tempo, talvez a parte em que se deva gastar mais do que a média que se gasta com projeto, que é de 3% a 6% das obras. Aí, talvez, tenha que se gastar mais. Porque, se é barata a implantação, ela ficará cada vez mais barata se os projetos forem eficientes.

Era isso. Agradeço à Rosa e ao Masi. Contem conosco para construir controles de integridade para que possamos dar a vocês, na execução disso, a certeza de que percorreram o caminho certo.

Rosa, tem a palavra.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Eu também agradeço a oportunidade em nome da São Paulo Urbanismo, e nos colocamos reiteradamente à disposição para os esclarecimentos, porque esse também é nosso interesse.

Reitero a solicitação, Vereador, de nos encaminhar por escrito as solicitações.
Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Rosa. Obrigado, Masi. Vamos encerrar esta que foi primeira audiência pública conjunta das Comissões de Finanças e Orçamento e Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que tratou exclusivamente do tema Ciclovia da Operação Urbana Faria Lima, não tratando do requerimento aprovado pelo

Vereador Milton Leite que tratou do Consórcio Semafórico Paulistano, pois este não teve condições de enviar representantes a esta Casa, anunciando que estará aqui em outra oportunidade.

Assim, mobilizaremos todos os nossos esforços, lembrando que dentro desse consórcio somente uma empresa retornou nossas ligações. As outras duas empresas optaram por nem anunciar à nossa Secretaria os seus representantes legais. Por isso, acionamos o nosso corpo jurídico para que reconheça, nos contratos que esse consórcio tem, quem são os representantes legais das três empresas, acionando os três representantes legais para participação na próxima audiência pública. Porque é inaceitável que uma empresa que tem um consórcio de prestação de serviço no Município não preste nem a informação de quem é o responsável legal por esse contrato legal com a Administração.

O SR. MILTON LEITE – O meu convite para essas empresas não foram para a audiência pública e sim para prestar esclarecimentos à Comissão de Finanças; eles têm que prestar esclarecimentos na forma da Lei Orgânica do Município. Convidamos, senão convertemos em convocação e os trazemos aqui, nobre Vereador. Não há problema algum. O não cumprimento, então, implica na suspensão do contrato e até de pagamento. A escolha é deles.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Essa é uma decisão que a gente pode vir a tomar, já que eles não atenderam à primeira solicitação de convite.

O SR. MILTON LEITE – Vamos fazer outra, mas, caso não compareçam, pedimos a suspensão na forma da Lei Orgânica, porque eles têm que prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só foi montado em forma de audiência pública porque foi feito o convite. No momento em que for aprovada a convocação, sempre será numa reunião ordinária. Os convites não nos obrigam a realizar reunião extraordinária; nas convocações, obrigatoriamente realizaremos convocação de sessão extraordinária, portanto, reunião extraordinária da nossa Comissão.

O SR. MILTON LEITE – Então, para concluir, Sr. Presidente, ficam mantidos os convites e espero que na próxima semana as empresas aqui compareçam para que debatamos com elas. São duas naturezas de convites: uma é para prestar esclarecimentos sobre o recape das faixas de ônibus através de ata e outra é para prestar esclarecimentos sobre as ciclovias da cidade de São Paulo, para dizer se está caro ou barato, pois o preço é assustador inicialmente. Diante de esclarecimento, a posteriori, podem até nos convencer de que o preço é justo. Então, antes de emitirmos um juízo de valor, nós queremos fazer uma discussão pública na Comissão de todos os detalhes, como foi realizada a licitação, a composição efetiva desses preços e a composição técnica dos itens que compõem a ciclofaixa a um preço tão absurdo. Vamos decompor tudo isso para chegarmos a uma conclusão.

Nós havíamos convidado para hoje, Sr. Presidente, o Sr. Secretário, mas na próxima reunião ordinária falarei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vai haver outra audiência pública na qual V.Sa. poderá falar, pois, infelizmente, o dia de hoje foi tomado por um debate. Perdoe-nos. Na próxima, com certeza, V.Sa. será chamado para falar.

Agradeço a SPUrbanismo, o Secretário Fernando de Mello Franco e toda sua equipe e os diretores que se comunicaram conosco. Agradeço também o Secretário-Adjunto e o Chefe de Gabinete, que também se comunicaram com esta Comissão, anunciando que os senhores estariam aqui. Muito obrigado pelos esclarecimentos. Teremos uma nova reunião para isso.

Está encerrada esta audiência pública.

Com a presença dos Vereadores Abou Anni, Aurélio Nomura, Jair Tatto, Milton Leite, Ota, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da quinta reunião ordinária do ano de

2015.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios *On-Line*.

Pela ordem o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, eu quero retomar a discussão feita no início da audiência pública chamada pelas Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a de Finanças e Orçamento e gostaria de pedir ao Vereador Milton Leite, autor do requerimento que convida... Aliás, eu queria, se possível, a cópia desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador, deixe-me só anunciar a pauta, porque, por um erro meu, constou o PL 400/02, do Vereador Calvo, que é o item 1º, pois as notas taquigráficas mostram que ele foi adiado por três sessões no dia 11/03. Como ele não deveria constar desta pauta, nós iniciaremos pelo item 2º e não pelo item 1º. Peço desculpas aos Vereadores, porque a leitura falhou em anunciar um requerimento que teve adiamento por três sessões. Na verdade, eu interpretei que o requerimento tinha sido adiado por um, mas o item 1º não está na pauta e começaremos pelo item 2º.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Eu gostaria que a Comissão pudesse disponibilizar o requerimento do Vereador Milton Leite, que trata do contrato 093/14, Ata 08/14, firmado pela CET.

Vereador Milton Leite, a dúvida que persiste: esta Comissão, no dia 25 de fevereiro de 2015, ainda com a presença de V.Exa., aprovou o requerimento que convida o diretor ou o presidente responsável pela gestão do Consórcio Semafórico Paulistano para prestar esclarecimentos relativos ao contrato nº 093/14, Ata08/14, firmado com a CET - Companhia de Engenharia de Tráfego para prestação de serviços e execução de projetos de sinalização semafórica, travessia iluminada, etc.

Eu gostaria que o senhor só pudesse esclarecer a esta Comissão do que se trata

esse requerimento.

O SR. MILTON LEITE – Nobre Vereador, para esclarecimento, se V.Exa. observar, eu peço à assessoria que me traga os demais requerimentos que acompanham o presente. Requerimento. Nós queremos levantar efetivamente os custos e quem está pagando as sinalizações e a execução dessas obras, que natureza de obras estão sendo executadas e a que custo; se é tinta, que tinta.

O SR. PAULO FIORILO – Sobre serviços de execução de projetos de sinalização semafórica e travessia iluminada.

O SR. MILTON LEITE – Isso.

O SR. PAULO FIORILO – Eu queria só entender, porque aqui havia uma dúvida que o senhor podia esclarecer. O senhor dever ter outro requerimento...

O SR. MILTON LEITE – Tenho, que acompanha esse.

O SR. PAULO FIORILO – ...que é pertinente, que não tem a ver com esse, que deve tratar de outro assunto, que deve ser da ciclofaixa e tal. Nobre Vereador, é que a audiência tratou de assuntos diversos. Eu queria só saber se há uma conexão.

O SR. MILTON LEITE – Nós queremos saber que natureza de trabalho estão executando com esse contrato, o que está ocorrendo na Secretaria aos diversos órgãos do Governo? A notícia que temos é que entra em contato com um objeto e executa outro. Para isso estou chamando esse objeto.

Os demais, pedi cópia de inteiro teor do processo com as respectivas medições, porque quero saber o que está se medindo e o que está se pagando.

Os demais requerimentos são complementares.

Pedi que constasse à Assessoria os demais requerimentos apresentados por mim, que seguem acompanhados desse aqui, aprovados na data de 24 de fevereiro.

Sr. Presidente, peço a suspensão dos trabalhos por dois minutos para procedermos à leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Posso fazer uma sugestão? Podemos concluir a pauta e entramos nesse tema de volta, porque a pauta do dia de hoje é muito curta. Tudo bem? Ao final, voltaremos a essa questão do Sr. Vice-Presidente, a quem agradeço por nos informar exatamente o que consta deste requerimento que o Presidente não fazia parte da Comissão no exato momento.

Pergunto ao proponente do requerimento que convidou o depoente Sr. Wilson Poit, Presidente da SP Turismo, para prestar esclarecimento sobre a política adotada para distribuição de ingressos para camarote no Município, se está satisfeito pelas informações por escrito. Pela segunda vez, convidamos o Sr. Wilson Poit e ele diz que não comparecerá, pois já prestou as informações, portanto pergunto se V.Exa. se dá por satisfeito.

O SR. MILTON LEITE – Nobre Vereador, tomei conhecimento nesse instante de que o Sr. Wilson Poit não viria hoje e que apresentou requerimento indagando a esta Comissão se poderíamos dispensá-lo, considerando que as informações referentes ao convite foram acostadas nesta Comissão.

Não fiz uma análise da eventual dispensa, que não cabe somente a mim. O convite, uma vez aprovado, pertence a esta Comissão, não somente a este Vereador.

Quero opinar a respeito da dispensa após a conclusão da análise do requerimento dele, bem como dos destinos que foram feitos. Ele nos enviou uma série de informações, e quero confrontá-las com os contratos que ele tem e deu publicidade, se está cumprindo os contratos.

Então não posso abrir mão da dispensa, mas posso adiar o requerimento dele. Se entender que as informações ora prestadas são suficientes, não há problema de dispensar a oitiva.

Sr. Presidente, peço o prazo de mais uma sessão, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Peço a Assessoria que informe ao Diretor-Presidente da SP Turismo que ele não está dispensado.

Passemos ao item nº 2.

- É lido, posto a votos e aprovado o seguinte: *(Parecer ao PL 26/2004, do Vereador*

Calvo)

- É lido, posto a votos e aprovado o seguinte: *(Parecer ao PL 30/2004, do Vereador*

Calvo)

- É lido, posto a votos e aprovado o seguinte: *(Parecer ao PL 359/2007, do Executivo)*

- É lido o seguinte: *(Parecer ao PL 221/10, do Vereador Aurélio Miguel)*

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos. Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, posso pedir o adiamento deste projeto por três sessões?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – V.Exa. pode pedir, e vamos submeter a votos. O senhor concorda com a submissão a votos?

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, eu sou um democrata.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então vamos a votos. Os Vereadores favoráveis ao adiamento por três sessões, solicitado pelo nobre Vereador Paulo Fiorilo, depois do adiamento que foi concedido por uma sessão ao Vereador Jair Tatto permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado o adiamento por três sessões.

Próximo item. PL 345/2010, do Vereador Abou Anni, do Partido Verde.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o substitutivo. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

PL 335/2012, do Vereador Arselino Tatto, do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Requeiro adiamento deste item.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos o adiamento por uma sessão. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

PL 467/2012, da Vereadora Juliana Cardoso e Vereador Carlos Neder, do PT.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Nós fizemos duas audiências públicas discutindo, está tudo certinho isso aqui?

O SR. PAULO FIORILO – Ainda no ano passado, na presidência do Vereador Milton Leite, fizemos as audiências públicas para tentar equacionar a proposta apresentada pelo Vereador Carlos Neder e Vereadora Juliana Cardoso e construímos um substitutivo discutido com eles, inclusive, que traz benefícios não só para o Executivo, mas para o Legislativo também, com a possibilidade de capacitação e formação de seus servidores. Há a discussão com o Executivo para tentar sancionar o projeto ou buscar da melhor forma possível resolver essa questão.

O SR. RICARDO NUNES – Senão me engano, isso é da ordem de um milhão de reais e conversamos com relação a fazer uma compensação. V.Exa. se incomoda de adiarmos uma sessão só para eu dar uma lida?

Solicito adiamento por uma sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos o adiamento por uma sessão. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

PL 798/2013, do Vereador Goulart e Vereador Police Neto. Passo a presidência ao Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Você pulou.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Desculpem-me. Próximo item. PL 79/13, do Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. PAULO FIORILO – É o mesmo problema do outro. Solicito o adiamento por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos o adiamento por duas sessões.

Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

PL 90/13, dos Vereadores Jair Tatto, Toninho Vespoli. Há substitutivo da Comissão de Educação.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao item seguinte.

PL 144/13, do Vereador Jair Tatto. O parecer foi contrário e há voto em separado do Vereador Paulo Fiorilo, do PT. Favorável com o substitutivo.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o substitutivo apresentado pelo Vereador Paulo Fiorilo no seu voto em separado.

Como vota o Vereador Abou Anni?

O SR. ABOU ANNI – Favorável.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Favorável.

O SR. JAIR TATTO - Favorável.

O SR. MILTON LEITE - Favorável.

O SR. OTA - Favorável.

O SR. PAULO FIORILO - Favorável.

O SR. RICARDO NUNES – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Está aprovado o voto em separado convertido em voto vencedor. Portanto, passa a ser o parecer. Aprovado o projeto nesta Comissão na forma do substitutivo do Vereador Paulo Fiorilo.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Passemos ao próximo item.

PL 798/13, do Vereador Goulart e Vereador Police Neto. Há parecer contrário.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Sr. Presidente, solicito o adiamento deste item por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Os Vereadores que concordarem com o adiamento permaneçam como estão. Está aprovado.

Passemos ao próximo item.

PL 433/11, do Vereador Claudio Prado e Vereador José Police Neto. Há parecer favorável do substitutivo da Comissão de Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Passemos ao item seguinte.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. PAULO FIORILO – Gostaria de incluir no pé de pauta um requerimento de minha autoria que já foi distribuído aos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passemos à votação dos requerimentos para depois fazer a deliberação da introdução em pauta do requerimento de número 13, do Vereador Paulo Fiorilo.

Passemos à leitura do requerimento de número 11, do Vereador Abou Anni.

- É lido o seguinte. (requerimento n11, audiência pública)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos o requerimento do Vereador Abou Anni. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Requeiro a dispensa da leitura, considerando que o mesmo consta da pauta e já foi publicado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeitamente, nobre Vereador.

Há sobre a mesa um requerimento, nº 12, de autoria do Vereador Aurélio Nomura.

Aos que não detêm a informação, vou elucidar o que se pretende: trazer informações atinentes ao contrato que a Secom tem com as empresas de *call center*.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Nessa linha de esclarecimento, gostaria que o Vereador Aurélio Nomura, que é um Vereador muito antenado, constrói um considerando sobre o qual eu tenho uma baita dúvida. Antes de requerer, diz assim: “considerando que a gestão de Prefeito Haddad vem sendo criticada por aliados políticos, pelo fato de fazer pouca propaganda, apesar do aumento de 15% nos dispêndios com *call center* em relação a 2012, e investimentos crescentes em publicidade, (Ininteligível) 11 milhões, terceiro maior da história da cidade, conforme tabela anexa. Considerando que esses gastos exorbitantes (Ininteligível) 2014”. Só tenho dúvida quanto à informação que traz o Vereador. Quem é, da base aliada, que tem feito crítica?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Srs. Vereadores, iniciamos, então, a discussão do requerimento.

O primeiro inscrito para falar o Vereador Paulo Fiorilo. Agora tem a palavra para o Vereador Aurélio Nomura, proponente da matéria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – O que verificamos consta dos jornais: que a base fica falando que não tem propaganda. Mas eu estou fazendo um requerimento mostrando o contrário: que vem se gastando muito em propaganda. Essa assertiva foi início da discussão,

pelo que vejo nos jornais: a reclamação de falta de comunicação, e o que o Sr. Prefeito também vem falando – que não gasta em publicidade e nem em propaganda.

O SR. RICARDO NUNES – Vereador Nomura, teve a comissão de estudos do 156. Tinha representante do PSDB nessa comissão, o Vereador Eduardo Tuma, bastante atuante nessa comissão. V. Exa. já não está satisfeito com as informações?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, estou querendo saber a respeito da comunicação, no geral, da Prefeitura. Eu quero saber quanto se gastou em publicidade.

O SR. RICARDO NUNES – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Vereador, já temos condições de levar à deliberação o requerimento, com ou sem a crítica do quanto se aparece na TV ou o quanto se deixa de aparecer? (Pausa)

A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis ao requerimento permaneçam como estão.

(Pausa) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte: (solicitação para ingresso em pé de pauta, requerimento do Vereador Paulo Fiorilo, que requer cópia dos processos da Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras relativo ao projeto de implantação da ciclovia da Av. Faria Lima, dos dois 2km já executados. Requerimento de cópia, de capa a capa, do processo de implantação do referido texto).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A votos.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES – Coordenação de Subprefeituras? Não falaram aqui que foi Siurb que fez?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Os Srs. Vereadores favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, com referência ao requerimento que estava em discussão, de minha autoria, esclareço que o mesmo se faz acompanhar do requerimento nº 4 de 2015, que os Srs. Vereadores entendam a convocação dos representantes legais do Consórcio Paulistano, foi vazado nos seguintes termos: “Requeiro, na forma regimental, que seja oficiada a Companhia de Engenharia de Tráfego, na pessoa do seu presidente, Sr. Gilmar Tatto, para que encaminhe a esta douta comissão cópia de todos os processos de pagamento, contendo as devidas medições referentes ao contrato 93/14, Ata 8/14, firmado com o Consórcio Paulistano para prestação de serviço de execução de projeto de sinalização semafórica e travessia iluminada”.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, o requerimento é complemento do outro; o 4 é complemento do 3, e vice-versa. Esse é o motivo da convocação. Seria importante que primeiramente recebêssemos as informações do requerimento nº 4 para depois agendarmos a vinda do representante do Consórcio Paulistano.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Antes de devolver o requerimento, queria só fazer um registro. A audiência pública realizada por esta Comissão juntamente com a Comissão de Política Urbana trazia o pedido do Vereador Milton Leite como um dos motivos para se juntarem à audiência pública a solicitação do debate sobre a ciclovia da Faria Lima com essa questão do consórcio. Eu questionei o Presidente porque entendia que eram coisas distintas. Então, aqui cabe talvez um esclarecimento do senhor, que já o fez, dizendo que é melhor receber as informações e depois marcar audiência sobre esse caso. Então, queria só propor, Presidente, que a gente possa separar, possivelmente em outra audiência pública sobre a

ciclofaixa a ser feita.

O SR. MILTON LEITE – Reunião da Comissão, então.

O SR. PAULO FIORILO – Não tem nenhum problema?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO – Não, essas informações são da outra Comissão, não é desta Comissão. Então, eu acho que talvez a gente possa separar, porque eu acho que é um tema no qual a Comissão de Finanças tem que se debruçar: o custo da ciclofaixa, da ciclovia, citar se usou Ato, se está correto ou não. Mas a essas informações, os membros desta Comissão não tinham acesso.

Então, Sr. Presidente, eu acho que é legítimo a audiência pública sobre essa questão, mas eu acho que a gente tinha que separar, até para que a gente possa participar com todas as informações.

O SR. MILTON LEITE – Eu solicitei os dois. Um é complemento do outro. Se o representante da empresa vier aqui sem nós tomarmos conhecimento das devidas medições, obviamente, teria que voltar para explicá-las novamente. Então, vamos aguardar e cobrar as medições. Nós vamos checar as medições, Sr. Presidente, o seu verdadeiro custo e vamos ouvir. Agora, nada nos impede de fazermos uma audiência pública, um debate inicial com essas empresas e depois outra para discutirmos a medição. Não estou vendo problema também.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O que a gente tentou foi dar economicidade ao processo. A Comissão de Política Urbana tratava do mesmo tema que esta Comissão, de atas, uma acionada pela CET, outra acionada pela Subprefeitura, para realização de sistema cicloviário. Então, na realidade, o que chegou para o Presidente, a partir da primeira reunião que realizamos é que a Comissão de Finanças e Orçamento tinha aprovado requerimento para entender o processo de acionamento de atas na CET para execução de obras cicloviárias.

Na Comissão de Política Urbana, da qual eu participei até o final do ano, a nossa intervenção foi muito parecida com essa: nós queríamos saber do acionamento de atas por parte da Secretaria de Subprefeituras para a execução de ciclovias. Então, os temas eram correlatos só por este fator: de um lado, o acionamento de atas na CET para realização de implantação de sistemas cicloviários; de outro, o acionamento por parte da Secretaria de Subprefeituras para a mesma finalidade.

O que eu perguntei ao Vereador Milton Leite, proponente do requerimento, no final da reunião passada, é se tinha algum óbice de a gente reunir as duas para realizar um único debate. Por quê? Se fica claro um mecanismo que a Cidade possa contratar o sistema cicloviário, seria melhor para todo mundo; melhor para o Executivo, melhor para o ator fiscalizador. Então, o esforço que a gente fazia na manhã do dia de hoje era conseguir entender como esse sistema acontece, como se contrata o sistema e como se implantam as ciclovias na Cidade, sejam elas realizadas pela Subprefeitura, com dinheiro da Operação Urbana, sejam elas pela Secretaria de Transportes. Contratada pela CET. A ideia era essa.

Então, o esforço que faremos é: para que o Executivo não leve os seis meses que levou para prestar informação naquele primeiro caso, que é esse abordado pela Comissão de Política Urbana, que se atente para o prazo de 30 dias que tem para oferecer à Câmara as informações ou o prazo de 20 dias que tem para oferecer via a Lei de Acesso à Informação, até porque o nosso Regimento Interno e a nossa Lei Orgânica dão ao Executivo um tempo maior que a Lei de Acesso à Informação dá ao cidadão.

Se o Vereador Milton Leite, como cidadão, solicitasse as informações desse contrato, ele receberia em 20 dias. Os Vereadores, quando aprovam nessa Comissão, levam 30 dias para ter acesso à informação; quando não levam os seis meses que a gente teve para ter acesso a esses contratos.

Então, vou aqui fazer um esforço para que o Executivo nos informe no prazo máximo de 30 dias e que a próxima reunião ou audiência pública, isso combinado, seja com a

Comissão de Política Urbana, se realizarmos conjuntamente, ou reunião extraordinária desta Comissão para realizarmos um único tema.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só para terminarmos este debate, eu queria insistir. O requerimento do Vereador Milton Leite que trata da iluminação de travessias e a instalação de semáforos, nós votamos isso. Então, quando, numa audiência pública para tratar de ciclovias, tinha um requerimento do Vereador Milton Leite, este Vereador ficou sem entender o objeto. Não tem nenhum problema em a gente realizar uma audiência pública em conjunto só da Comissão, é porque esse tema está na pauta e é importante para a Cidade e para a Comissão.

Eu queria sugerir à Presidência que, nesses casos, primeiro, que os membros da Comissão pudessem ter as informações também, porque essas não eram desta Comissão, eram de outra. E a solicitação do Vereador Milton Leite não tinha sido atendida ainda de informação.

Portanto, o debate acabou sendo restringido a quem tinha as informações, o que é natural, e àqueles que leram, que foram atrás das informações. Então, eu queria só sugerir à Presidência que, nesses casos, disponibilizasse as informações antes das audiências.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para facilitar, as informações foram disponibilizadas ainda em outubro do ano passado em processo eletrônico para os 55 Vereadores. Essa foi uma decisão que a Comissão de Política Urbana tomou ainda no começo do ano passado. Então, todos os documentos que chegavam à Comissão de Política Urbana – e vou tentar o mesmo aqui – foram digitalizados e oportunizados para a Casa inteira, não só para os membros da Comissão. É lógico que a gente faz com que o material físico vá para o solicitante e que todos os Vereadores da Casa recebam. Por mecanismos eletrônicos, todas as informações são prestadas porque elas são informações públicas e podem estar à disposição de todos. O mecanismo utilizado naquela Comissão, passaremos a ter aqui, o que, portanto,

facilitará bastante o acesso a todas as informações. Vou colocar à disposição de todos aquilo quando chegar por parte do requerimento nº 4, que vai embasar o nosso encontro com o Consórcio solicitado de nº 3.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, existe uma questão que acho que a gente vem trabalhando para poder facilitar o nosso trabalho de controle. Na peça orçamentária, até instruídos e auxiliados pela competente Comissão de Finanças, liderada pelo Gilberto Adriano, colocamos um artigo que dizia o seguinte: as autarquias, as empresas, as fundações deveriam colocar no sistema de informatização, no SOF as despesas. Eu pedi agora para levantar no SOF quando foi pago para esse consórcio. A CET não disponibilizou.

Eu acho que a gente precisaria notificar, porque é lei, o Prefeito sancionou e acho que nem depende, Sr. Presidente, de uma mera notificação do senhor para notificar a CET para que cumpra o que está descrito na lei, que nós aprovamos aqui e foi sancionado com relação à disponibilização das informações no SOF para a gente poder acompanhar os pagamento realizados. Então, se o senhor puder, de pleno, solicitar que seja notificada à CET para cumprir a lei conforme aprovado por todos os Vereadores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Já solicito à assessoria jurídica que produza o documento solicitando, porque é uma inovação desta Comissão, é um texto trazido pelo debate que esta Comissão realizou, conduzido pelo Relator Ricardo Nunes. É um texto a todas as empresas e a todas as autarquias que ainda não ingressaram no sistema, ingressar no sistema, porque já temos 75 dias transcorridos do ano. Portanto, eles já estão inseridos nesse novo dispositivo legal, acusando a inoportunidade do não cumprimento da lei e as consequências que isso traz.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, nobres Vereadores, eu atrasei; por motivos particulares, não consegui chegar aqui, mas só queria saber se hoje era o dia das

peessoas que foram convidados para falar do Consórcio Semafórico Paulistano e também algumas da Secretaria de Transportes. Eles não vieram?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na realidade, a Secretaria de Transportes não foi convidada, só foi convidado o Consórcio Semafórico Paulistano. Nós conseguimos localizar uma empresa só do Consórcio, que nos pediu um novo prazo. As duas outras, cujo endereço localizamos e com cujas secretárias e recepcionistas dialogamos, não nos permitiram saber sequer são os responsáveis pelas empresas. Portanto, os responsáveis legais de duas das empresas não foram oportunizados a esta Comissão, mas já pedimos para a nossa Procuradoria buscar os responsáveis legais para que a gente faça chegar aos três responsáveis legais das empresas que compõem o consórcio, a informação de que eles foram convidados para prestar esclarecimentos.

O encaminhamento do Vereador proponente Milton Leite é de realizarmos mais um esforço via convite. Se nesse próximo esforço via convite não conseguirmos trazer essas três empresas, iremos deliberar a conversão do convite em convocação. Para os convites, nós adotamos um critério simples de não precisar realizar reunião e sim audiência pública, porque eles estão convidados. Sempre as nossas convocações os obrigarão a realizar reuniões extraordinárias. Portanto, no momento em que deveríamos deliberar a convocação desses que prestam o serviço à Administração via CET, teremos que realizar também uma sessão extraordinária da nossa Comissão.

Então, é este relato que tenho para os senhores: as duas empresas optaram por não informar quais são os seus dirigentes legais, portanto, os responsáveis legais por esse contrato. A gente, a partir de hoje, fará esforços para localizarmos esses responsáveis legais e trazê-los como convidados em uma oportunidade. Se eles não vierem como convidados, deliberaremos a conversão disso em convocação e realizaremos uma reunião extraordinária para isso.

O SR. ADILSON AMADEU – Presidente, também a respeito a requerimentos

daqueles que não deram respostas, acho que os assessores são os mesmos da Comissão de Finanças. Os meus requerimentos aos quais não vieram respostas, eu preciso ter brevidade disso, porque há requerimentos de seis meses.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nobre Vereador, assim que assumimos, nós recebemos da assessoria um relatório; há requerimentos desde abril sem resposta. Então, V.Exa. está coberto de razão. Desde abril, infelizmente, há requerimentos sem nenhuma resposta por parte do Executivo. O que eu vou fazer é fazer chegar por mecanismo eletrônico a todos vocês todos esses requerimentos de informação e requerimentos de presença, seja convidado a esta Comissão, porque nós temos ainda em aberto o período anterior, e a gente vem fazendo um esforço de contato com esses dispostos nos requerimentos para vir. No dia de hoje, tínhamos também o convite para o Secretário Municipal de Finanças, que não pôde comparecer, mas o Vereador Paulo Fiorilo se dispôs a me ajudar a partir das 18 horas de hoje, porque até as 18 horas a competência é minha, e a partir das 18 a competência é dele, porque ele tem o celular do Secretário, e, portanto, poderá fazer uma aproximação.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sobre a questão do Secretário, V.Exa. se colocou à disposição para fazer com ele e procurá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Até as 18 horas.

O SR. PAULO FIORILO – Eu disse que o senhor informasse à Comissão ou a estes Vereadores se tinha conseguido alguma resposta. Daí para frente, nós vamos dialogar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É que o senhor falou que estava à disposição porque tinha o celular dele.

O SR. PAULO FIORILO – Não, daí para frente nós vamos dialogar. Isso que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Dialogar com ele ou comigo?

O SR. PAULO FIORILO – Com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ah, muito obrigado.

Então, já que o diálogo comigo é sempre fácil e com eles, mais difícil, vamos ao diálogo comigo.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
